

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: POLÍTICAS E GESTÃO INSTITUCIONAL
TURMA ESPECIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA**

**A APLICAÇÃO DA ARQUIVÍSTICA INTEGRADA, CONSIDERANDO
OS DESDOBRAMENTOS DO PROCESSO A PARTIR
DA CLASSIFICAÇÃO**

OLGA MARIA CORREA GARCIA

FLORIANÓPOLIS

2000

Olga Maria Correa Garcia

**A APLICAÇÃO DA ARQUIVÍSTICA INTEGRADA, CONSIDERANDO
OS DESDOBRAMENTOS DO PROCESSO A PARTIR
DA CLASSIFICAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito final à obtenção do título de Mestre em Administração.

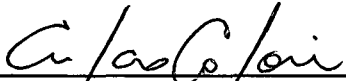
Orientador: Prof. Vitor Francisco Schuch Júnior, Dr.

Florianópolis, outubro de 2000

A APLICAÇÃO DA ARQUIVÍSTICA INTEGRADA, CONSIDERANDO OS DESDOBRAMENTOS DO PROCESSO A PARTIR DA CLASSIFICAÇÃO


OLGA MARIA CORREA GARCIA

Esta dissertação foi julgada adequada à obtenção do título de Mestre em Administração (área de concentração: Políticas e Gestão Institucional) e aprovada na sua forma final, pelo curso de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina.

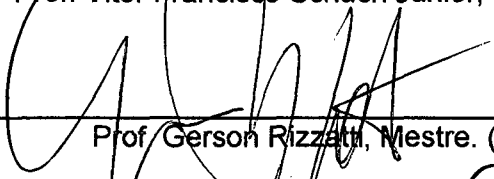


Prof. Nelson Colossi, Dr.
Coordenador do Curso

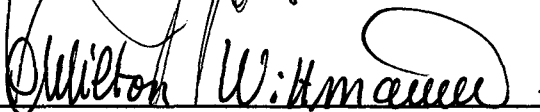
Apresentada junto à Comissão Examinadora integrada pelos Professores:



Prof. Vitor Francisco Schuch Júnior, Dr. (orientador)



Prof. Gerson Rizzatti, Mestre. (membro)



Prof. Milton Luiz Wittmann, Dr. (membro)

SUMÁRIO

LISTA DE ANEXOS	vi
RESUMO	vii
ABSTRACT	viii
AGRADECIMENTOS	ix
1 INTRODUÇÃO	1
1.1 O tema e o problema	1
1.2 Objetivos	4
1.3 Justificativa	5
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	8
2.1 A arquivística	8
2.1.1 Evolução quanto à concepção.....	9
2.1.2 As informações arquivísticas e as decisões gerenciais	11
2.1.3 Formação profissional.....	16
2.2 A arquivística integrada	20
2.2.1 Da tradição à renovação.....	21
2.2.2 Teoria das três idades.....	24
2.2.3 A classificação, a avaliação e a descrição.....	29
2.2.3.1 Métodos de classificação.....	35
3 METODOLOGIA	41
3.1 Abordagem metodológica	41
3.2 Procedimentos	41
3.2.1 Coleta e análise dos dados.....	42
4 RESULTADOS	46
4.1 As políticas de gestão de arquivos	46
4.2 A interligação entre os procedimentos de classificação, avaliação e descrição	48
4.3 A aplicação do procedimento de classificação	52
4.3.1 Os métodos de classificação.....	52

4.3.2 A elaboração de planos de classificação.....	55
4.3.3 Os resultados da aplicação de métodos de classificação.....	59
4.4 A teoria e a prática.....	61
5 ANALISANDO A APLICAÇÃO DA ARQUIVÍSTICA INTEGRADA.....	65
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	75
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	81
ANEXOS.....	85

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A - Solicitação de autorização para realização da coleta de dados.....	87
ANEXO B - Autorização para realização da coleta de dados.....	89
ANEXO C - Controle dos trabalhos analisados.....	91

RESUMO

A APLICAÇÃO DA ARQUIVÍSTICA INTEGRADA, CONSIDERANDO OS DESDOBRAMENTOS DO PROCESSO A PARTIR DA CLASSIFICAÇÃO

Autor: Olga Maria Corrêa Garcia

Orientador: Prof. Vitor Francisco Schuch Júnior

Autores da atualidade defendem a arquivística integrada como sendo a única a assegurar uma política integrada de organização de arquivos, permitindo um rápido acesso às informações, indispensáveis às decisões gerenciais. Esta renovação conduz ao tratamento global das informações, através da integração dos procedimentos de classificação, avaliação e descrição, onde a classificação é considerada como base para os demais procedimentos. Com o objetivo de investigar a aplicação da arquivística integrada, considerando os desdobramentos do processo a partir da classificação, nos trabalhos de final de curso dos graduandos em Arquivologia pela Universidade Federal de Santa Maria, no período de 1997 a 1999, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo, desenvolvida através de uma pré-análise das fontes, da exploração do material e do tratamento e interpretação dos resultados. Assim, foi possível concluir que, apesar de encontrados indícios de aplicação da arquivística tradicional, os graduandos, cada vez mais, reconhecem e aceitam a arquivística integrada, aplicando-a considerando os desdobramentos do processo a partir da classificação. Face às dificuldades e limitações apresentadas pelos graduandos, reconhece-se que são necessárias mudanças, no sentido de desenvolver e consolidar programas de formação que garantam um ensino de qualidade e o aumento de pesquisas.

Palavras-chave: arquivística; arquivística integrada; classificação de documentos.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

ABSTRACT

THE APPLICATION OF INTEGRATED ARCHIVISTIC, CONSIDERING THE UNFOLDING PROCESS STARTING FROM CLASSIFICATION

Author: Olga Maria Correa Garcia

Advisor: Professor Vitor Francisco Shuch Júnior

Modern authors affirm that the integrated archivistic is the unique way to ensure an integrated politic of archival organization, permitting an easy access to the information, mandatory to the managing decisions. This renovation leads to the global information handling, through the integration of procedures as such classification, evaluation and description, where the classification is considered the base the following procedures. In order to investigate the application of integrated archivistic, considering the unfolding process starting from classification – from the students essays at the end of the Archivology Course in the Universidade Federal de Santa Maria, from 1997 to 1999 – it was employed the analysis of content, developed through a documental pre-analysis, material exploration, handling and results interpretation. So, it was possible to conclude that, even after finding some traces of traditional archivistic application, the graduating students, more and more, recognize and accept the integrated archivistic, applying it considering the unfolding process starting from classification. Because of difficulties and limitations presentes by graduating students, it was noticed that changes are necessary, in the sense of developing and consolidating curriculum programs that can guarantee an education of quality and an increase in research.

Key-words: archivistic; integrated archivistic, classification of documents.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
POSTGRADUATION COURSE IN ADMINISTRATION**

AGRADECIMENTOS

Quando buscamos atingir um objetivo é preciso decisão e determinação, bem como o envolvimento de muitas pessoas. Ao atingi-lo, não podemos deixar de agradecer a todos os envolvidos no processo como um todo. Meus agradecimentos:

- a Deus que iluminou meu caminho e me deu energia para enfrentar este desafio;
- a minha família, especialmente meu marido Gerson que, mesmo distante, esteve sempre presente fazendo com que o amor transformasse os obstáculos no caminho da auto-realização;
- ao meu orientador Prof. Vitor F. Schuch Júnior pelo apoio, dedicação, e, principalmente, por ter aceito o desafio na construção de um trabalho na área da Arquivologia;
- aos meus amigos que, mesmo privados de minha presença, souberam incentivar minha trajetória;
- aos meus colegas de mestrado pela amizade, carinho e companheirismo;
- aos meus colegas do Departamento de Documentação da Universidade Federal de Santa Maria pelo incentivo, em especial às colegas Denise Molon Castanho e Rosanara Urbanetto Peres pelo conhecimento que permitiu a troca de opiniões;
- aos meus alunos do Curso de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Maria pelos questionamentos e discussões que despertaram o interesse pelo tema de pesquisa;
- à Coordenação do Curso de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Maria que permitiu a realização da coleta de dados;
- à Universidade Federal de Santa Catarina, especialmente aos professores do Curso de Pós-Graduação em Administração, que viabilizaram a implantação do Projeto Turma Especial Universidade Federal de Santa Maria/Curso de Mestrado Interinstitucional em Administração.

1 INTRODUÇÃO

1.1 O tema e o problema

A arquivística, como campo do conhecimento estabelecido no século XX, apesar de algumas raízes mais antigas, encontra-se em ascensão. Sua consolidação, enquanto disciplina científica, depende do avanço na investigação teórica bem como nas pesquisas aplicadas.

Nos últimos anos muitas pesquisas e discussões vêm sendo realizadas com o objetivo de aprofundar conceitos e teorias na área arquivística. Neste caminho, é preciso seguir resistindo fortemente a interpretações superficiais e sem consistência teórica do saber, visando a construção de um conhecimento embasado na pesquisa científica. Assim, concordando com Lopes (1998) “as operações técnicas da arquivística ganharão em significado, em valor e em precisão científica” (p.101).

A disciplina arquivística e os profissionais da área, considerando o acréscimo da produção de informação e o maior uso desta, têm o papel cada vez mais reconhecido na sociedade que servem. Contribuem com soluções para os problemas suscitados pela gestão dessa massa de informações desde sua criação, avaliação, aquisição, classificação, descrição, comunicação, até sua conservação e disponibilização ao usuário (Rousseau e Couture, 1998).

Nesse sentido, a arquivística tem como missão “gerir, tratar e dar acesso à informação” (Rousseau e Couture, 1998, p.73). Para tanto, a informação, enquanto recurso indispensável a qualquer organização, deve ser vista como um todo, gerido sistematicamente de tal forma que o seu acesso seja rápido e eficaz.

O acesso à informação para as administrações é fundamental, pois a informação é um instrumento de apoio à decisão indispensável para que possam gerir suas organizações com vistas ao crescimento. Porém, para que possam ser acessadas, constituindo fonte de conhecimento, é preciso que as informações estejam integradas num conjunto sistemático, estruturado e organizado. Tem-se,

então, os sistemas de informações como elementos fundamentais de apoio às operações e decisões gerenciais, considerando a sociedade atual, onde a busca de informações tornou-se alvo comum em consequência do progresso de globalização de mercado e a velocidade dos avanços tecnológicos.

A informação não pode ser, no entanto, vista apenas sob este aspecto, considerando que também apóia a pesquisa científica, permitindo o crescimento da ciência. O acesso à informação pode ainda ter por objetivo comprovar direitos, dar suporte ao ensino e à aprendizagem ou simplesmente informar.

A finalidade maior da arquivística consiste em garantir o acesso aos diferentes usuários da informação. Esta, então, torna-se matéria-prima essencial para os responsáveis pela tomada de decisões em qualquer tipo de organização.

Autores da atualidade defendem a arquivística integrada, procedimentos integrados que levam a uma visão global das informações no âmbito de uma organização, possibilitando um rápido acesso à informação. Para Lopes (1998) a arquivística integrada é a única a propor a transformação da arquivística numa disciplina científica. Uma arquivística que vem romper com a tradição, na medida em que se preocupa com o tratamento global das informações, da sua criação até o destino final.

Rousseau e Couture (1998) reconhecem três correntes do pensamento arquivístico internacional, considerando os valores dos documentos. O *records management*, considerada como uma visão administrativa ligada ao valor primário dos documentos; a arquivística tradicional, interessada no valor secundário, e assim, nos arquivos históricos; e a arquivística integrada, preocupada com o valor primário e secundário dos documentos. Esta é vista pelos autores como sendo a única capaz de assegurar uma política integrada e englobante de organização dos arquivos.

Sem dispensar os conhecimentos acumulados ao longo do tempo, a partir de discussões e de pesquisas realizadas, essa renovação conduz a “tratar das aplicações arquivísticas práticas, das soluções e problemas relacionados à classificação, à avaliação e à descrição” (Lopes, 1997, p.91). Defende-se, nesta corrente de pensamento, que os procedimentos são complementares e inseparáveis,

onde a classificação deve ser pensada a partir da criação dos documentos até o momento de sua destinação final.

A classificação constitui a base dos demais procedimentos, considerando que a partir dela é possível realizar uma avaliação que leve a manter informações essenciais e necessárias e dispensar as supérfluas. A descrição, enquanto programa, tem início na classificação, estende-se no processo avaliativo até o destino final. Assim, os procedimentos referentes à classificação terão repercussões sobre as demais atividades de tratamento das informações (Lopes, 1997).

Muitos problemas são encontrados na literatura que aborda questões específicas relativas à classificação, avaliação e descrição. Isto conduz a inúmeros questionamentos quando do fazer arquivístico por aqueles que atuam nas organizações, quando do ensino por aqueles que estimulam a produção do conhecimento e quando da pesquisa por aqueles que buscam desenvolver a teoria neste campo de conhecimento.

Na prática profissional percebe-se que, na maioria das vezes, predominam procedimentos usados sob o jargão da arquivística tradicional ou do *records management*, através de práticas arquivísticas desempenhadas de forma simples e desintegrada, mais preocupada com os processos.

Na primeira corrente predomina a preocupação com o tratamento dos arquivos definitivos, sem voltar-se para origem e utilização administrativa, técnica ou jurídica dos mesmos. Na segunda, centrada nos arquivos ativos e semi-ativos, apesar da atenção com a criação, uso e manutenção dos arquivos, não há uma preocupação com fundamentos científicos mais rigorosos (Lopes, 1998). Esta realidade estaria relacionada à falta de embasamento teórico que leve a descobrir e entender os fundamentos e a importância da arquivística integrada?

No fazer docente, o que se busca é contribuir para uma formação acadêmica que permita aos futuros profissionais agirem a partir da compreensão da realidade. Neste caminho, estariam os acadêmicos sendo preparados para atuar num campo cada vez mais exigente e carente de práticas arquivísticas? Em termos de vivência

concreta, através dos estágios, os mesmos estariam sendo preparados para estabelecer relações entre a teoria e a prática?

No campo da disciplina arquivística, em processo de desenvolvimento, está presente a insatisfação com relação aos limites teóricos, considerando a carência de pesquisas científicas. A nova imagem da arquivística estaria então relacionada a pesquisas estratégicas que reforcem as bases teóricas e a prática arquivística?

Neste contexto, é preciso aventurar-se em busca de um conhecimento que aponte caminhos que contribuam para uma nova arquivística sintonizada com os desafios da era atual.

Assim, com a finalidade de contribuir para o aprimoramento do tema, a questão que norteia o presente trabalho é investigar: **qual a aplicação da arquivística integrada, considerando os desdobramentos do processo a partir da classificação, nos trabalhos de final de curso dos graduandos em Arquivologia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), no período 1997 a 1999?**

1.2 Objetivos

O objetivo geral do presente trabalho consiste em investigar a aplicação da arquivística integrada, considerando os desdobramentos do processo a partir da classificação, nos trabalhos de final de curso dos graduandos em Arquivologia pela UFSM, no período 1997 a 1999.

Em termos específicos, através da análise de conteúdo dos trabalhos de final de curso dos graduandos em Arquivologia pela UFSM, no período 1997 a 1999, pretende-se alcançar os seguintes objetivos:

- analisar a aplicação da arquivística integrada;
- identificar e analisar a interligação estabelecida entre os procedimentos classificação, avaliação e descrição;

- analisar a aplicação do procedimento de classificação, considerando os métodos de classificação, a elaboração de planos de classificação e os resultados obtidos com a aplicação dos mesmos;
- analisar as relações estabelecidas entre as questões teórico-conceituais e a prática realizada;
- integrar teoria e prática através de investigações, de discussões e de reflexões sobre do tratamento da informação arquivística.

1.3 Justificativa

Autores da atualidade sustentam a necessidade da realização de pesquisas que possam contribuir para o desenvolvimento da teoria arquivística. Neste sentido, Rousseau e Couture (1998) salientam que uma arquivística voltada à prática e preocupada com o cotidiano das operações, corre o risco de estagnar na caminhada para uma disciplina com plenos direitos, que lhe permitiria beneficiar de um completo reconhecimento social e científico.

Estes autores, em busca de uma arquivística mais científica, defendem a arquivística integrada, como sendo a única a assegurar uma política integrada de organização de arquivos, permitindo um rápido acesso às informações, na medida em que possibilita facilidade na recuperação das informações, indispensáveis ao funcionamento administrativo das organizações.

Trata-se, portanto, de uma renovação que conduz a tratar as informações arquivísticas de forma global, através da integração dos procedimentos de classificação, avaliação e descrição.

Neste contexto a classificação é vista como base para os demais procedimentos. A partir da classificação das informações, pode-se realizar a avaliação, bem como dar início ao processo de descrição, que se estenderia na avaliação até os arquivos permanentes (Lopes, 1997).

A arquivística, pela sua natureza, responde às necessidades das organizações ou dos indivíduos que geram os documentos. No entanto, para Lopes (1997)

o tratamento da informação arquivística com fins de classificação, recuperação e uso supõe conhecimento e aplicação conjunta de teoria, metodologia e prática. Todas as tentativas fora deste quase axioma redundarão – como têm redundado – em fracasso, patente em pseudo-arquivos onde tudo se acumula e nada se encontra. (p.13)

Jardim (1995) também salienta que, apesar dos avanços significativos como área de conhecimento nos últimos vinte anos, a arquivística mostra-se ainda incipiente. Sendo, portanto, evidente a necessidade de pesquisas, não só pela “busca de alternativas que evitem a reiteração de projetos malsucedidos”, mas também pelas “demandas de soluções a dificuldades específicas do universo arquivístico brasileiro, não contemplados pela literatura internacional” (p.144).

Consciente disso, o desenvolvimento deste trabalho justifica-se na necessidade de discutir o tratamento da informação arquivística sob o ponto de vista teórico e prático, buscando contribuir para a consolidação da arquivística brasileira. Pensa-se que o tema abordado é de interesse daqueles profissionais, estudantes, docentes e pesquisadores, que de alguma forma trabalham com a informação arquivística.

Em termos práticos, com o conhecimento derivado desta pesquisa pretende-se oferecer elementos para a atuação dos profissionais de arquivo, que possam subsidiar o seu fazer no sentido de constituir, manter e gerenciar sistemas de informações arquivísticas.

Enquanto docente e na expectativa de contribuir para uma formação que permeia não só o saber fundamental, mas também a compreensão da realidade para que nela se possa agir, espera-se que os resultados desta pesquisa contribuam para a melhoria do ensino universitário.

A importância de analisar os trabalhos dos graduandos reside no fato de que a formação que os mesmos recebem se consubstancia nos trabalhos que realizam no final do curso.

No momento atual, marcado pelas constantes transformações não só no campo da arquivística como nos demais a este relacionados, é preciso refletir sobre a formação profissional, considerando que é a partir dela que são atendidas as necessidades de um mercado cada vez mais exigente.

Contextualizado o tema e apresentado o problema de pesquisa, considerando os objetivos propostos e a relevância do trabalho, o mesmo organiza-se enfocando, na fundamentação teórica, elementos indispensáveis à compreensão da arquivística e sua evolução e as questões relacionadas à arquivística integrada, eixo principal de abordagem deste trabalho. Posteriormente, caracteriza-se a metodologia, através da qual foi possível apresentar o resultados. A partir destes, apresenta-se a análise dos resultados encontrados, o que permitiu elaborar as considerações finais, considerados os objetivos deste trabalho. Finalmente são apresentadas as referências bibliográficas, a partir dos autores citados no trabalho, seguindo-se o pós-texto.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A arquivística

Nos últimos vinte anos, a disciplina arquivística vem se desenvolvendo consideravelmente no Brasil, tendo em vista os desafios postos pela necessidade, cada vez maior, de informação, o aumento dos cursos de graduação, ao mesmo tempo em que a investigação teórica e prática se acentua.

A arquivística, também conhecida como arquivologia, de acordo com o Dicionário de Terminologia Arquivística (1996), é uma disciplina que “tem por objeto o conhecimento na natureza dos arquivos e das teorias, métodos e técnicas a serem observados na sua constituição, organização, desenvolvimento e utilização” (p.5). Silva et al. (1999) apresentam a arquivística como uma ciência de informação social, que estuda os arquivos (sistemas de informação), tanto na sua estruturação interna e na sua dinâmica própria, como na interação com os demais sistemas que fazem parte do contexto envolvente.

No processo de evolução da arquivística, libertando-se dos conceitos tradicionais de se conceber os arquivos, restritamente ligado ao conceito de documentos, explora-se a valorização do conteúdo informacional dos documentos.

Dentro desta perspectiva, Lopes (1996) define arquivos, no sentido de informações registradas, do seguinte modo:

acervos compostos por informações orgânicas originais, contidas em documentos registrados em suporte convencional (atômicos) ou em suportes que permitam a gravação eletrônica, mensurável pela sua ordem binária (bits); e b) produzidos ou recebidos por pessoa física ou jurídica, decorrentes do desenvolvimento de suas atividades, sejam elas de caráter administrativo, técnico ou científico, independentemente de suas idades e valores intrínsecos. (p.32)

No conceito apresentado, valoriza-se a informação sem perder de vista sua organicidade. Esta permanece na relação de que as informações pertencem a uma pessoa ou a uma organização. É a partir da produção de informações orgânicas,

informações elaboradas, enviadas ou recebidas por uma pessoa física ou jurídica, que se originam os arquivos de uma organização. A originalidade é enfatizada, considerando a exclusividade, pois são formados por informações específicas dos seus acumuladores. Novas possibilidades são colocadas ao considerar os documentos de arquivo registrados em suportes diversos, desde que o conteúdo informacional seja de natureza arquivística.

2.1.1 Evolução quanto à concepção

A arquivística, para chegar no patamar em que se encontra, apesar de pouco “visível social e cientificamente” (Jardim, 1996, p.11), percorreu uma trajetória marcada por transformações. Esta trajetória é apresentada por muitos autores em obras publicadas em diferentes idiomas, como Schellenberg (1974), Heredia Herrera (1993), Rousseau e Couture (1982), Mendo Carmona (1995), Richter, Garcia e Penna (1997), Silva et al. (1999), entre outros. Alguns momentos, sintetizados por Kurtz (1997) e pelo Arquivo Nacional (1995), merecem destaque, sendo aqui apresentados para uma melhor compreensão da evolução da arquivística.

Revisitando a história percebe-se que já na Antigüidade, o homem tinha interesse em preservar seus registros, evidenciado em muitas descobertas arqueológicas que demonstram a existência de arquivos, testemunhos das atividades de povos da Ásia e do Oriente.

Os egípcios, gregos e romanos tinham seus arquivos de forma estruturada. Os papiros egípcios, que alcançaram nossa época, foram descobertos em arquivos religiosos, municipais ou privados. Mas, os arquivos da Antigüidade foram melhor estruturados sob o Império Romano. Além de privados, eclesiásticos e econômicos, foram estabelecidos arquivos de Estado: centrais, regionais e municipais.

No século XII, os arquivos passam a ser concebidos como reservatório de provas e um arsenal de armas jurídicas destinados a proteger direitos e privilégios de reis e príncipes.

À medida que os reinos tornam-se maiores e os territórios se expandem, a afirmação das autoridades favorece a constituição de estruturas administrativas. Os serviços governamentais criam seus próprios arquivos, até serem centralizados em um único local, para servirem como instrumento de uso exclusivo dos governos. A concepção de arquivo como instrumento de administração permanece até o fim do século XVIII.

Com a Revolução Francesa, consolida-se o movimento de centralização dos arquivos e consagra-se o princípio de que os arquivos sejam consultáveis por todos. Nesta época, retoma-se a concepção grega, que permitia a todo cidadão ter acesso aos documentos do Estado.

O interesse pelo valor histórico dos arquivos, até então preservados em função de seu caráter administrativo, legal ou fiscal, aumenta em meados do século XIX. Assim, uma nova concepção é atribuída aos arquivos e à instituição arquivística pública, relacionada não só às necessidades primordiais da administração, mas também à reconstituição da história.

Essa tendência leva, inclusive no Brasil, à criação de arquivos históricos e resulta na ampliação da arquivística e na formação de arquivistas-historiadores, especializados na administração dos documentos como testemunho da história.

Com a Segunda Guerra Mundial, a expansão da produção documental que tem efeito na capacidade gerencial das organizações governamentais, novos conceitos são introduzidos à teoria arquivística, que levam a revisão de suas funções exclusivas de arquivos históricos, desassociados dos interesses da administração pública. É quando se desenvolve a teoria das três idades e da gestão de documentos nos Estados Unidos e Canadá e em alguns países europeus, africanos e asiáticos.

A revolução das técnicas arquivísticas se dá a partir da segunda metade do século XX, com a adoção da teoria das três idades, segundo a qual os arquivos passam por três fases distintas: corrente, intermediária e permanente (cap.2.2.2 Teoria das três idades). Fases que correspondem aos estágios por que passam os documentos de acordo com o uso e o valor dos mesmos.

A arquivística passa a ser concebida como o princípio de técnicas adotadas na produção, organização, armazenamento e uso dos arquivos. Tem-se então, uma preocupação com os documentos desde sua origem até o seu destino final.

Fonseca (1998) assinala dois pontos básicos que caracterizam as transformações do conceito de arquivo. Um, que se refere ao uso, cada vez mais extensivo de novos suportes, outro, relaciona-se ao surgimento dos princípios de gestão de documentos, na busca de economia e eficácia na produção, manutenção, uso e destinação final dos documentos. Mas apesar das transformações, o conceito “mantém inalteradas as suas características básicas de conjunto orgânico produzido por uma dada atividade jurídico-administrativa, salientando-se o caráter testemunhal do conjunto documental arquivístico, conservado em sua organicidade” (p.34).

2.1.2 As informações arquivísticas e as decisões gerenciais

A informação pode assumir diferentes facetas. No entanto, faz-se um recorte da amplitude do conceito, considerando o objetivo deste trabalho e retoma-se o conceito de informação arquivística apresentado o início deste capítulo.

A informação arquivística, que vem consolidando seu conceito principalmente no Canadá, abre espaço para reflexões. Muitos são os autores presentes nessa discussão, merecendo destaque de Lopes (1996) quando apresenta:

a informação arquivística é um dado imanente das organizações públicas, privadas e da vida dos indivíduos, no caso dos arquivos particulares. Livros e periódicos podem ser organizados, desconsiderando-se a proveniência, como critério significativo para as operações fundamentais, derivando na formação de coleções. Documentos de arquivo geram fundos. Parece simples. Mas, há inúmeras experiências internacionais que restringem o princípio da proveniência apenas à questão da origem da acumulação. Esquecem-se de que provir significa, também, ter relação muito estreita e viva com a sua origem. Não basta portanto, separar os documentos de arquivo por fundos, de acordo com os acumuladores. Necessita-se estudá-los produzindo-se conhecimentos substantivos que irão permitir dar a qualquer solução de tratamento algo mais do que uma simples decisão burocrática. (p.44-45)

Para Lopes (1997) o princípio da proveniência gerou a teoria dos fundos, um dos pilares da arquivística tradicional e também da proposta de uma arquivística integrada.

Duchemin (1986) traz a aplicação do conceito de fundos de arquivos demonstrando a importância da determinação dos fundos, enquanto limite demarcador da organicidade da documentação arquivística. Para este autor, o respeito aos fundos "consiste em manter grupados, sem misturá-los a outros, os arquivos (documentos de qualquer natureza) provenientes de uma administração, de uma instituição ou de uma pessoa física ou jurídica: é o que se chama de fundo de arquivo dessa administração, instituição ou pessoa" (p.14).

Assim, o princípio da proveniência, constitui base teórica para as intervenções arquivísticas, considerando que devem ser conservados juntos os documentos criados e recebidos por uma determinada pessoa ou organização no exercício de suas atividades. Dessa forma, segundo Rousseau e Couture (1998), é possível garantir a integridade administrativa dos arquivos de uma unidade, bem como o valor de testemunho dos documentos de um fundo de arquivo.

Para Rousseau e Couture (1998) "não se pode, pois, desempenhar a tarefa arquivística sem recorrer ao princípio da proveniência, sem o qual não pode haver fundo de arquivo" (p.95). Segundo estes autores, a aplicação desse princípio permite que se considere grandes conjuntos de documentos, e não peças isoladas, elimina qualquer possibilidade de dispersão dos documentos de um fundo de arquivo, favorece a recuperação das informações e maximiza o processo de gestão dos arquivos, considerando que para cada uma das funções arquivísticas fornece grandes eixos, um quadro geral de intervenção baseado nas características e nas atividades da pessoa física ou jurídica a que se refere.

A informação arquivística, ou seja, a informação orgânica e registrada, apresenta características próprias como a sua natureza específica, trata-se de informações registradas em suporte definido, acumuladas por uma pessoa ou uma organização que é, ao mesmo tempo, receptor e produtor. A natureza da informação arquivística é orgânica, considerando sua relação com o produtor. Outra característica diz respeito à originalidade, logo, a sua unicidade. Tem como

peculiaridade a sua capacidade de ser avaliada em termos de idade e de utilização. Uma particularidade apresentada é a natureza limitada dos seus suportes, convencionais ou eletrônicos. Outra característica refere-se à noção de acumulação das informações produzidas ou recebidas, seja por uma pessoa ou uma organização, desde que sejam capazes de ter significado. As atividades geradoras podem ser tanto administrativas, como técnicas ou científicas. Por fim, apresenta-se o fato da informação arquivística ser a primeira forma tomada por uma informação registrada, quando da sua criação (Lopes, 1998).

Na atualidade, onde se assiste ao aumento, cada vez maior, de informações, "os arquivos constituem-se órgãos de assessoramento e de pronta informação sobre os documentos produzidos; demonstram que são gestão antes que cultura e história" (Kurtz, 1997, p.94). Neste sentido, constituem a base para as decisões gerenciais, enquanto elemento de informação e instrumento decisivo no desenvolvimento social, econômico, científico e tecnológico.

Para Barreto (1996) "a informação sintoniza o mundo, pois referencia o homem ao seu semelhante e ao espaço vivencial" (p. 405). No que diz respeito às organizações, não é diferente. As informações constituem elemento fundamental e de vitalidade também para as organizações, pois proporcionam maior visão do contexto onde se inserem e de sua capacidade de competir no mercado.

Hoje, novas atitudes emergem face à informação. As organizações mudam, reconhecendo os recursos informacionais, na medida em que contam com a informação para gerir eficazmente, para aumentar a produtividade e para obter crescimento (Rousseau e Couture, 1998).

No entanto, as informações só serão úteis se fizerem parte de um programa em três fases, centrado na missão da organização e integrado na sua política de gestão da informação. É a partir daí que a arquivística consegue dar um "contributo único, sendo pela sua especificidade capaz de agir eficazmente na informação orgânica" (Rousseau e Couture, 1998, p.65).

A questão está na necessidade de planejamento da gestão da informação, numa gestão operacional genérica da informação e no planejamento científico da

mesma. Sendo a informação arquivística imaterial, a sua gestão, necessariamente, implica na gestão dos documentos de conteúdo informacional, na busca de proporcionar agilidade de acesso às informações organizacionais, bem como subsidiar decisões tomadas no processo de satisfação dos clientes.

Silva et al. (1999) ao incluírem os arquivos na dimensão sistêmica, não se referem apenas aos procedimentos técnicos aplicados ao recolhimento, classificação, ordenação, transferência e difusão das informações. Consideram uma realidade mais ampla, "que abarca o que fica a montante, nas margens e por baixo de tais procedimentos"(p.39), ou seja, incluem a estrutura e os agentes geradores, manipuladores e controladores da informação. Assim, entendem o arquivo como "um sistema bidimensional e nunca unidimensional da informação, no qual se projeta com maior ou menor expressão a entidade produtora/receptora de informação e nele se condensa, obviamente o tratamento técnico e eficaz da mesma informação" (p.40).

Quando se trata da organização de arquivos ou sistemas de informações, concordando com Lopes (1996), pode-se inferir que através da arquivística os problemas são identificados, soluções são propostas e a execução das mesmas são acompanhadas e avaliadas. Assim, as informações arquivísticas poderão receber o devido tratamento, considerando sua produção, acompanhamento do trâmite, passando pela avaliação até sua destinação final, eliminação ou guarda permanente.

Desta forma, entre outros resultados, tem-se um acesso rápido e eficaz à informação, subsídio indispensável às organizações no sentido de assegurar o entendimento das relações internas e externas, fundamental à concretização do fazer organizacional em consonância com os propósitos e metas da organização.

Assim, gerenciar as informações é fundamental, de forma que integrem um conjunto estruturado e organizado, para que possam ser acessadas, tornando-se úteis aos responsáveis pelas decisões nas organizações. Porém, esta gerência precisa ser conscientemente administrada. Concordando com McGee e Prusak (1994) "é tarefa dos executivos de primeira linha" (p.172) a criação de uma

mentalidade de gerenciamento na organização que leve de forma mais benéfica e benigna ao desenvolvimento das políticas de informação.

Cordenonsi (1995), ao citar Prates, define sistema de informação como uma combinação estruturada de informação, recursos humanos, tecnologia da informação e práticas de trabalho, organizados de forma a permitir o melhor entendimento dos objetivos da organização. As práticas de trabalho referem-se aos métodos utilizados pelos recursos humanos para desempenharem suas tarefas; a informação consiste de dados formatados, textos, imagens e som; e, as tecnologias consistem do hardware e software que executam o processamento de dados, como capturar, transmitir, estocar, recuperar, manipular ou exibir dados concernentes.

Rousseau e Couture (1998), alertam, que as organizações nem sempre se percebem de que a informação constitui um recurso fundamental, estando no mesmo nível que os recursos humanos, materiais e financeiros. Não percebem que a informação, deve ser, cada vez mais, considerada como um todo gerido sistematicamente, coordenado, harmonizado, objeto de uma política clara.

Os sistemas de informação tornam-se, então, elementos fundamentais para que o fluxo de informações se dê em todos os sentidos dentro da organização, de maneira que informações oportunas e relevantes possam circular e subsidiar à tomada de decisões. Para tanto, é necessário o planejamento e a avaliação sistemática das informações, visando a qualidade das mesmas e sua contribuição aos propósitos da organização (Arantes, 1994).

As organizações, enquanto sistemas, dependem do funcionamento integrado de sistemas menores ou subsistemas (Arantes, 1994), formando um todo com um objetivo determinado. Considerando que todas as partes utilizam informações, estas tornam-se fundamentais na definição dos propósitos e metas organizacionais, na definição de políticas e estratégias a serem seguidas, no desenvolvimento das ações, nas decisões a serem tomadas e na avaliação dos resultados.

A arquivística, participando na resolução das questões ligadas à gestão da informação nas organizações, encontra sua vocação. Para corresponder de forma adequada a este desafio, a arquivística precisa "definir-se em função de uma

abordagem integrada e fazer escolhas estratégicas quanto à sua organização interna, às suas alianças e à sua renovação (formação e investigação)” (Rousseau e Couture, 1998, p.69).

Neste caminho, onde as tecnologias da informação desenvolvem-se, para atender às necessidades, cada vez maiores, de troca, acesso e de difusão, novos suportes surgem e os arquivos mudam de forma. Em consequência, tal como novas tecnologias, surgem novos contextos culturais e novos modos de gestão, sendo necessário que os profissionais tenham uma boa formação e orientação para enfrentar um mercado de trabalho amplo e diversificado, atendendo às diferentes situações informacionais que lhe são impostas.

2.1.3 Formação profissional

A sociedade vem sofrendo profundas transformações com os elevados níveis de globalização. Nesse contexto, as profissões estão evoluindo para preparar um profissional capaz de acompanhar as transformações e se adequar ao ambiente global.

Após muitas décadas de esforços, a formação em arquivística assegura seu lugar no meio universitário em muitos países. Os educadores desta área caminham em busca da definição de um saber arquivístico de base (Couture, Martineau, Durcharme, 1999).

No panorama da formação profissional do arquivista, os cursos de graduação no Brasil evoluem, adquirindo feições que marcam o desenvolvimento do ensino da arquivologia.

“Na década de 70 vicejou no cenário nacional o desenvolvimento da Arquivologia com a criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), a regulamentação da profissão e a formação profissional universitária, entre outros aspectos” (Bottino, 1994, p.14).

É nesse período, mais especificamente em 02 de março de 1977, que a Universidade do Rio de Janeiro (Unirio) absorve o Curso Permanente de Arquivo (equivalente ao 2º grau) que passa a designar-se Curso de Arquivologia, em nível de graduação. No entanto, o rápido desenvolvimento da arquivística no Brasil se fez sentir somente com a implantação do Curso de Arquivologia na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) no mesmo ano, e com a implantação na Universidade Federal Fluminense (UFF) em 1978 (Bottino, 1994; Richter, Garcia e Penna, 1997).

Nos anos noventa assistiu-se à implantação de cursos de graduação em Arquivologia na Universidade de Brasília (UNB), na Universidade Federal da Bahia (UFBA) e na Universidade Estadual de Londrina (Bellotto, 1999). No ano de 2000, iniciaram-se as atividades nos cursos implantados na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS) e na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Ao longo desses anos, um quadro de profundas transformações vem se configurando não só no campo arquivístico, mas também nos demais campos do conhecimento. Neste cenário, Jardim (1995) faz referência às dificuldades com as quais a arquivologia se defronta, acrescentando que isto, no entanto, pode se constituir numa oportunidade de crescimento e desenvolvimento da área.

Jardim (1995) ainda coloca que “tem sido intenso o confronto dos profissionais da área com as novas questões teóricas e suas repercussões práticas de gerenciamento da informação arquivística” (p.27). Considerando a afirmação do autor, não se pode negar a necessidade de refletir sobre o profissional que está sendo formado, sobre que profissional o mercado necessita e que profissional está se querendo formar.

Bottino (1994), ao considerar as necessidades atuais e futuras e a quantidade insuficiente de cursos no Brasil, admite que, cada vez mais, é preciso incentivar a formação de profissionais para atuarem nos arquivos.

Para Jardim (1995) o modelo curricular para o curso de graduação é defasado do ponto de vista social, científico e pedagógico, tornando-se óbvio que a configuração de currículos e conteúdos precisa ser outra, considerando as novas

realidades. Jardim (1998) também salienta que o currículo mínimo do curso de graduação ainda é o mesmo aprovado em 1974, quando o Conselho Federal de Educação fixou um mínimo de 2.160 horas-aula distribuídas entre três e cinco anos, aí incluído o estágio supervisionado em instituição especializada com 10% do total de horas previstas.

A partir da sanção da Lei da Diretrizes e Bases em 1996, as instituições de ensino superior podem fixar currículos de seus cursos e programas, desde que observadas as diretrizes gerais pertinentes.

Neste sentido, segundo Bellotto (1999), todos os cursos superiores no país estão em revisão de seus conteúdos curriculares, onde os de arquivologia estão dispostos a rever suas diretrizes, considerando que agora se encontram libertas do currículo mínimo de 1974. Segundo a autora, os cursos de arquivologia poderão, “sem fugir ao essencial evidente à formação superior do profissional de arquivo, estenderem-se na direção dos conteúdos teóricos e metodológicos e da práxis mais atualizada” (p.9).

Assim, muitas discussões e proposições estão ocorrendo, com vistas ao estabelecimento das diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação em arquivologia, o que viabilizará que cada universidade trace seu próprio currículo.

Jardim (1998) destaca a ausência de pesquisas, o que, muitas vezes, leva ao tecnicismo e à neutralidade. Acrescenta que sem a perspectiva crítica que só a pesquisa sustenta, tende-se a reiterar conceitos, calcados em lacunas teóricas. Assim, fica-se refém de uma literatura internacional, fundamental, mas pouco acessível à quase todos os alunos e a muitos docentes. O autor considera esta literatura, levando em conta as peculiaridades da burocracia e organização brasileira, muitas vezes, pouco pertinente.

Para Lopes (1998) “a imagem de fraqueza teórica da arquivística” (p.11) é conhecida por todos os profissionais e docentes de arquivística mais cultos. No entanto, para o mesmo autor, a leitura das obras de Rousseau e Couture mudou esta idéia, renovando o debate. O autor ainda salienta que, um dos aspectos destacáveis da arquivística integrada está no fato de que seus teóricos afirmaram a

importância da pesquisa, ressaltando a importância da disciplina e a possibilidade de uma arquivística científica.

Rousseau e Couture (1998) argumentam que “a arquivística como disciplina, se continuar a desenvolver-se, tem uma necessidade imperiosa de uma base teórica sólida que só a reflexão e a investigação lhe poderá dar” (p. 273). Além de ser uma profissão é antes uma disciplina cujo desenvolvimento deve estar apoiado em resultados de pesquisa que só vêm enriquecer, aprofundar e fazer evoluir as práticas estabelecidas.

Segundo estes autores, num programa de formação o equilíbrio entre a teoria e a prática só poderá ser alcançado através de estágios num meio de trabalho. Este, torna-se então, elemento essencial de formação, devendo ter por objetivo permitir aos alunos confrontar a teoria com a prática profissional e preparar assim a sua integração na profissão.

Para Rousseau e Couture (1998) o estágio deve ser suficientemente longo, para que a experiência vivida pelos alunos seja válida e, também, para que o meio onde se desenvolve o estágio possa propor projetos interessantes e pertinentes, que não sejam apenas a utilização de mão de obra.

Na Universidade Federal de Santa Maria, de acordo com as Normas para Realização do Estágio Supervisionado do Curso de Arquivologia (UFSM, 1991), os alunos do Curso de Arquivologia, têm como obrigatória a disciplina de Estágio Supervisionado, que visa integrar o aluno à realidade profissional, possibilitando a aplicação dos conhecimentos teórico-práticos adquiridos no decorrer do curso. E, ao mesmo tempo, proporcionar condições de habilitação para um adequado desempenho profissional, promovendo a integração entre universidade e instituições.

O estágio, respeitados o pré-requisitos estabelecidos, deve realizar-se num total de 225 horas, a partir de um planejamento e sob supervisão de um docente. No final do estágio o aluno deve apresentar como resultado um trabalho escrito que pode ser em forma de relatório de atividades ou de projeto, dependendo do programa desenvolvido.

Para Jardim (1998), dada a valorização atribuída à dimensão prática da profissão, muitas vezes a própria universidade não sugere a importância da dimensão teórica como qualificadora da prática profissional. Assim, muitos alunos tendem a considerar as questões teórico-conceituais como pouco relevantes em sua formação. E, desta forma, ingressam em estágios, que podem mostrar-se extremamente conseqüentes à formação do aluno ou corroboram a visão do arquivista como um organizador de papéis e não como um trabalhador intelectual.

Segundo Couture, Martineau e Ducharme (1999) a noção de equilíbrio nos cursos de arquivística intervém em dois níveis. Um que se refere à divisão entre ensino teórico e aprendizagem prática, existindo consenso sobre a igualdade de importância no que se refere a estes aspectos. Outro ligado mais diretamente ao conteúdo das disciplinas e se pauta em três opções: uma visão setorial vinculada aos arquivos administrativos, outra, do mesmo tipo, vinculada aos arquivos históricos e uma terceira, dita integrada, que reúne uma e outra. Para os autores, a escolha de uma opção ou outra está estreitamente vinculada às práticas arquivísticas e às tradições acadêmicas de cada país.

2.2 A arquivística integrada

A arquivística integrada nasceu e se desenvolveu em Montreal, no Canadá, considerada a “capital da arquivística integrada” (Lopes, 1998, p.70), onde a Universidade de Montreal serviu de laboratório preliminar dessa corrente de pensamento arquivístico.

Assim, ela é resultado do contexto material e intelectual, acrescido os esforços de Carol Couture, Jean-Yves Rousseau e Jacques Ducharme, autores quebequenses, sendo abordada de modo sistemático na obra de Rousseau e Couture, editada em 1994, no Quebec, e traduzida para o português em 1998, em Lisboa. Nesta obra, pela primeira vez, “se reconheceu numa publicação a existência de três correntes do pensamento arquivístico internacional” (Lopes, 1998, p.81) – a arquivística tradicional, o *records management* e a arquivística integrada.

2.2.1 Da tradição à renovação

Apesar do estudo da arquivística integrada consistir no primeiro interesse deste trabalho, é indispensável destacar aspectos relevantes da evolução da arquivística para uma melhor compreensão do seu desenvolvimento. Segundo Lopes (1998), um desenvolvimento “mais ligado às tradições de cada país do que ao estabelecimento de teorias e princípios universais” (p.62).

Ao referir-se às correntes e tendências da arquivística, Lopes (1998) parte da premissa da existência de três principais correntes do pensamento arquivístico: a arquivística tradicional, mais ligada aos arquivos definitivos (históricos); o *records management*, cuja preocupação centra-se sobre os arquivos ativos e semi-ativos; a arquivística integrada, preocupada com o ciclo completo dos documentos.

A arquivística tradicional, com suas origens principalmente na França, Itália e Espanha, desenvolveu princípios teóricos e práticos para o tratamento dos arquivos definitivos. Esta corrente tem seu marco com a publicação do Manual de Muller, Feith e Fruin, em 1989, mais conhecido como manual dos arquivistas holandeses, reproduzido em parte na recente obra de Silva et al. (1999).

Nesta corrente, através de suas regras e métodos de tratamento dos arquivos definitivos, cuja função primordial é de tornar acessível documentos custodiados, percebe-se a falta de preocupação com os fins específicos que levaram a própria formação dos arquivos. Por isto, conforme Lopes (1996) “é comum encontrar-se na literatura internacional a idéia de que o principal objeto da arquivística é o tratamento da documentação de valor permanente” (p.67) onde se percebe a preocupação em dar racionalidade ao recolhimento, avaliação, arranjo e descrição de documentos considerados de valor para a guarda definitiva.

Neste sentido, Lopes (1998) numa visão contemporânea, coloca a arquivística tradicional como aquela que “se recusa a questionar a origem, isto é, a criação, a utilização administrativa, técnica e jurídica dos arquivos, dos documentos recolhidos aos arquivos definitivos” (p.61).

No entanto, no período pós-guerra, nos Estados Unidos os conceitos e métodos da arquivística tradicional não davam conta da complexidade conseqüente ao aumento explosivo da quantidade de documentos produzidos a serem geridos (Lopes, 1996). É quando surge uma nova corrente, o *records management*.

O *records management*, perfeitamente contextualizada numa época de explosão documental, foi traduzida pelos canadenses, franceses, espanhóis e outros como gestão de documentos, visando a intervenção da administração arquivística já na fase de produção e tramitação (primeira idade) dos documentos com a finalidade de aplicar métodos de economia e eficácia na gestão documental (Silva et al., 1999).

Os interesses defendidos por esta corrente diferem totalmente dos defendidos pela arquivística tradicional, considerando sua visão administrativa e o estabelecimento de fronteiras entre os conceitos de *records* e de arquivos.

A corrente foi amplamente desenvolvida nos Estados Unidos e Canadá, sendo adotada em muitos países, contando com o apoio da UNESCO através de seu Programa Geral de Informação, responsável pela criação do Projeto RAMP (*records and Archives Management Program*). De modo geral, compreende a direção, supervisão e a coordenação das atividades administrativas e técnicas dos serviços arquivísticos, assim como a metodologia de programas para controlar a criação, o uso, a normatização, a manutenção e a guarda, a proteção, a preservação ou eliminação de documentos.

Segundo Lopes (1998) o *records management* consiste num "conjunto de regras práticas, por vezes muito eficazes, mas que não possuem fundamentos científicos rigorosos, abrindo a porta à improvisação" (p.61). Tal afirmação tem base no fato de que, raramente, o *records management* faz referência às questões na bibliografia especializada, tratando-se, portanto, de proposições pragmáticas, onde questões teóricas complexas não têm lugar definido.

Nas obras de Schellenberg, percebe-se a expressão da arquivística americana desta época, vindo influenciar os países da América Latina, inclusive o Brasil (Silva et al., 1999).

No entanto, Schellenberg (1974), não deixa de ter seu mérito, considerando que naquela época, apesar de suas proposições práticas, já considerava a arquivística como disciplina preocupada em tratar de todo e qualquer tipo de arquivo. Na sua obra *Arquivos modernos: princípios e técnicas* publicada em 1956, o autor já fazia referência à administração de arquivos, cujos objetivos só poderiam ser alcançados quando se dispensava "atenção aos documentos desde sua criação até o momento em que são transferidos para um arquivo de custódia permanente ou são eliminados" (Schellenberg, 1974, p.46).

Com Rousseau e Couture (1982; 1998), dá-se início ao desenvolvimento de uma arquivística, segundo Lopes (1998), verdadeiramente científica. Inicialmente, na primeira obra (1982), defendem a idéia de tratamento global dos arquivos. Na segunda, publicada no Canadá em 1994, propõem uma arquivística renovadora, que rompe com a tradição e preocupa-se com o tratamento da informação desde seu nascimento até seu destino final.

Estes autores colocam os arquivistas como profissionais da gestão da informação; os arquivos são definidos como o conjunto de documentos, independente da sua idade, suporte (incluindo magnéticos e informáticos) ou valor (administrativo, legal, financeiro ou de testemunho), que possuem informações orgânicas, ou seja, informações elaboradas, enviadas ou recebidas no âmbito da missão de uma pessoa física ou jurídica. A arquivística é tratada como a disciplina que agrupa todos os princípios, normas e técnicas que regem as funções de gestão dos arquivos, tais como a criação, a avaliação, a aquisição, a classificação, a descrição, a comunicação e a conservação.

Neste sentido, a arquivística global, implica atingir três objetivos essenciais:

garantir a unidade e a continuidade das intervenções do arquivista nos documentos de um organismo e permitir assim uma perspectiva do princípio das três idades e das noções de valor primário e secundário; permitir a articulação e a estruturação das atividades arquivísticas numa política de organização de arquivos; integrar o valor primário e o valor secundário numa definição alargada de arquivo (Rousseau e Couture, 1998, p.70).

Para Lopes (1998) a arquivística integrada é resultante mais de uma crítica à arquivística tradicional e ao *records management* do que de uma síntese dessas duas correntes. Segundo o autor, os núcleos de inteligência das duas correntes foram revistos e assimilados, sendo aproveitados pela arquivística integrada.

A arquivística integrada pode ser considerada o “parâmetro mais renovador da literatura internacional sobre o assunto” (Lopes, 1996, p.58). E, torna-se “especial e particular”, na medida em que se originou de uma base “preestabelecida e soube desenvolver-se com uma proposição científica completamente diferente e inovadora” (Lopes, 1998, p.60).

No entanto, a penetração desta nova arquivística, arquivística global ou arquivística integrada, considerando ser realmente algo novo, não se encontra presente em muitas discussões e debates. Mas comparada a outras correntes, “demonstra consistência e adequação à idéia de se propor uma arquivística mais científica que responda, adequadamente, aos problemas do momento atual” (Lopes, 1998, p.90). Esta arquivística permite garantir a unidade e continuidade das intervenções nos arquivos, colocando em perspectiva o princípio das três idades, através da articulação e estruturação das atividades arquivísticas em uma política de gestão dos arquivos (Couture, 1998).

2.2.2 Teoria das três idades

A teoria das três idades, vinculada aos valores dos documentos, tem sido uma forma de abordar a realidade da organização e o tratamento dos arquivos, de adesão unânime entre os especialistas da área arquivística. Teoria que, com a aplicação de uma arquivística integrada, torna-se, cada vez mais, valorizada.

Qualquer documento passa por um ou mais períodos caracterizados pelo tipo e frequência com que são utilizados. Composto por três períodos, o ciclo de vida dos documentos e as idades que o compõe permite “uma repartição dos grandes conjuntos que formam o arquivo de uma pessoa física ou moral” (Rousseau e Couture, 1998, p. 111).

Neste sentido, o conceito de ciclo de vida transforma um conjunto de documentos quantitativamente demasiado importante, em subconjuntos que apresentam características diferentes. Isto conduz a uma distribuição dos documentos que compõem o conjunto. Assim, os autores Rousseau e Couture (1998), apresentam o ciclo vital baseado nos valores administrativos e de testemunho que os arquivos têm ou podem ter.

O crescimento incontrolável que caracterizou a década de 40, leva à criação de documentos pelas administrações no âmbito de suas atividades, o que conduz a arquivos cada vez mais numerosos e complexos e um estilo de gestão mais pesado.

Retomando os aspectos históricos relacionados aos arquivos, Rousseau e Couture (1998) lembram que a arquivística passou de uma fase, na qual os arquivos eram conservados unicamente pelo seu valor de prova legal, para uma época, durante a qual só o valor de testemunho parecia ser importante. Somente no princípio do século XX, com Jenkinson e Schellenberg, revela-se a importância de se considerar tanto o valor administrativo como o valor de testemunho. Quase que paralelamente, em função das grandes quantidades documentais, sentiu-se a necessidade de separá-las. É quando Pérutin, Dubosq, Wyffel e outros, referem-se a um período intermediário, com o objetivo de evitar que documentos fossem conservados por muito tempo nos locais de origem, onde os espaços geralmente são escassos, bem como a transferência prematura de documentos que deveriam ser conservados de modo permanente.

Rousseau e Couture (1998), considerando a evolução da arquivística que caminha para uma integração das suas intervenções, propõem que se encare a possibilidade de uma terminologia que permita qualificar a palavra arquivo. Assim, acabaram por escolher as designações: arquivos correntes, que são constituídos documentos ativos, arquivos intermediários, compostos por documentos semi-ativos e arquivos definitivos, que agrupam documentos inativos com valor de testemunho. Este último é também designado, por muitos autores, como arquivo permanente.

Segundo os mesmos autores, o período de atividade refere-se ao período no qual os documentos formam os arquivos correntes, indispensáveis à manutenção das atividades quotidianas de uma administração. Considerando que estes arquivos

podem ser freqüentemente utilizados, devem permanecer o mais próximo possível dos usuários ou se estiverem na memória do computador, ser de fácil e rápido acesso. Salvo exceções, os documentos que se encontram nesta fase devem ser conservados para responder aos objetivos da sua criação, considerando que possuem valor primário. Não mais servindo de suporte às atividades quotidianas, terminado este período, os documentos tornam-se semi-ativos ou passam para o período de inatividade, sem ter que estar sujeito a um período semi-ativo.

No período de semi-atividade (arquivos intermediários), os documentos são conservados por motivos administrativos, legais ou financeiros, isto é, ainda são detentores de valor primário, mas não mais são utilizados para assegurar as atividades quotidianas da administração. Os arquivos intermediários justificam-se pela necessidade de economia de espaços e materiais, considerando que é mais racional conservá-los de modo centralizado, fora do ambiente normal de trabalho, em depósitos de baixo custo e manutenção (Lopes, 1996; Rousseau e Couture, 1998).

De acordo com os mesmos autores, no período de inatividade, os documentos deixam de ter valor previsível para a organização que os produziu. Assim sendo, podem ser eliminados ou conservados como arquivos definitivos (permanentes), desde que possuam valor de testemunho (valor secundário).

Lopes (1996) ao referir-se aos autores Rousseau e Couture, cuja visão teórica das três idades foi apresentada, conclui:

De modo inteligente, revelando grande experiência no assunto, os autores demonstraram que a linha que separa os documentos ativos dos semi-ativos é, muitas vezes, tênue e de difícil demarcação. Chamaram atenção para a fluidez prática e observável da divisão cartesiana, proposta pela teoria das três idades. Disseram que o mesmo raciocínio aplica-se à separação entre os arquivos intermediários e os definitivos. Enfatizaram que não se pode perder de vista os valores primários (administrativos) e secundários (informações históricas) como balizas confiáveis para a aplicação da teoria. (p78)

Quanto ao valor primário, este é considerado por Rousseau e Couture (1998) como a qualidade de um documento baseado nas utilizações imediatas e

administrativas que lhe deram seus criadores, isto é, para os quais o documento foi criado. Este valor, segundo Schellenberg (1974), entre outros, pode dividir-se em administrativo, legal ou fiscal (financeiros) considerando a razão de ser dos documentos e sua utilização.

O valor secundário ou de testemunho (históricos) refere-se a “qualidade do documento baseada nas utilizações não imediatas ou científicas” (Rousseau e Couture, 1998, p.117). Os autores acrescentam que este valor reside no testemunho que um documento pode oferecer no que se refere a todos os aspectos de uma organização e, que nem todos os documentos necessariamente possuem este valor.

Lopes (1996) propõe uma releitura dos valores dos documentos administrativos, jurídicos e históricos. O valor administrativo se desdobraria em valor burocrático elementar, quando se tratar de informações gerais ou específicas, de baixa complexidade, voltadas para a solução de problemas de gestão de uma organização; e, o valor gerencial complexo, quando se tratar de informações que instruem, solicitem ou determinem a política de uma organização. O valor jurídico corresponde ao valor probatório, isto é, aquele que pode ser usado na justiça. Fazendo parte deste, estaria o valor fiscal, por se tratar de determinações legais.

A idéia de valor histórico, na visão do autor, deve ser ampliada para a de permanência definitiva, considerada sob os aspectos mais profundos da relação da informação com o tecido social, por entender que a organização não existe de modo isolado da sociedade e do Estado.

Ao tratar da aplicação da teoria das três idades, Lopes (1996) coloca a precariedade desta na Europa, enquanto que na América Latina, muito se conhece sobre ela, mas é raro encontrar exemplos vivos de sua aplicação. E, conclui que a prática de dividir arquivos por idade é basicamente uma realidade estadunidense e canadense. Fora desses países, a teoria é aplicada de modo parcial ou não é aplicada. O mesmo autor ainda questiona o porquê do abismo entre a teoria e a prática, considerando tantas publicações e a aceitação da universalidade da teoria das três idades.

Neste sentido, Silva et al. (1999) argumentam que o entendimento da arquivística como uma disciplina que engloba a totalidade do arquivo, nas suas várias idades, é uma perspectiva que só começa a ser claramente defendida na Espanha no últimos anos. No entanto, os mesmos autores colocam que a teoria das três idades, quando encarada de forma simplista, acarreta um risco, passando a se confundir um “mero estratagema operativo com um princípio que consagra” (p.155).

Para Silva et al. (1999), a existência de múltiplos depósitos e serviços complementares são compreensíveis frente às dificuldades de reunir num só espaço físico toda a documentação acumulada por um organismo produtor. No entanto, argumentam que a separação intelectual dos arquivos não pode ser justificada por esta separação material.

A questão das três idades, segundo Lopes (1996) só pode ser resolvida pela pesquisa. Sendo indispensável, ao propô-la, recorrer ao estudo da gestão administrativa, considerando que os prazos, de permanência dos documentos nos arquivos, serão melhor definidos se forem resultantes da combinação entre o conhecimento das questões relativas às funções e às atividades das organizações e as referentes às leis e ao conhecimento científico. O autor defende a necessidade de valorização das informações contidas, sem desprezar os documentos, porém olhando-os de modo diverso. Assim, a questão da frequência de uso é, na maioria das vezes, um dado relativo.

A gestão da informação orgânica, através de um programa em três fases (idades), que permita a pesquisa retrospectiva, parece ser o caminho que conduz a redução de incertezas quando da tomada de decisões pelas administrações. A informação orgânica é utilizada pelas unidades organizacionais não só pelo seu valor primário, quando da tomada e controle de decisões e ações, mas também pelo seu valor secundário, quando de pesquisas que revelam decisões e ações passadas.

2.2.3 A classificação, a avaliação e a descrição

A partir das bases teóricas anteriormente apresentadas, passa-se a discutir as aplicações arquivísticas práticas, as soluções e os problemas relacionados aos procedimentos classificação, avaliação e descrição na perspectiva de uma abordagem integrada. Uma arquivística voltada para uma visão do todo, sem fragmentação, baseada na intervinculação dos procedimentos, onde se reconhece as peculiaridades de cada idade, sem fronteiras de contenção entre as mesmas. Os arquivos correntes e intermediários são valorizados, demonstrando-se que a classificação, a avaliação e a descrição na origem devem consistir no epicentro do fazer arquivístico.

É neste sentido, que Lopes (1997) propõe um tratamento global que resulte no aumento das possibilidades do uso da informação registrada para a tomada de decisões nos arquivos correntes e nos intermediários. Assim, o assunto é discutido, buscando fundir teoria e prática, na tentativa de transmitir a idéia de que os três procedimentos são inseparáveis e complementares.

Lopes (1997) argumenta que a classificação produz a possibilidade de uma avaliação profunda e o alcance dos objetivos estratégicos de se manterem informações necessárias, descartando o supérfluo, o que não produz efeito ou sentido. A descrição teria início na classificação, continuando no processo avaliativo, estendendo-se até o destino final, eliminação ou conservação permanente. Assim, a classificação constitui-se como base para os demais procedimentos.

O autor refere-se à classificação como operação de ordenar intelectualmente fundos, subfundos, séries, subséries, dossiês e peças, em qualquer das idades do ciclo vital como sendo uma heresia. Defende a classificação vista como a construção de signos que representam de modo hierárquico, do geral para o particular, as partes de um acervo: as classes, unidades lógicas representativas do que está sendo organizado, avaliado e descrito. Classes, que possuem nomes, que rotulam seu conteúdo informacional, relacionáveis às estruturas, às funções, às atividades da organização no passado e no presente.

Heredia Herrera (1993), apesar de não apresentar uma arquivística sob a perspectiva integrada apresentada por Rosseau e Couture (1998) e por Lopes (1996; 1997; 1998), refere-se à classificação como uma dimensão intelectual que consiste em separar ou dividir um conjunto de elementos estabelecendo classes, grupos ou séries, de tal forma que integrados formam parte da estrutura de um todo. A autora considera que cada fundo deve ter seu quadro de classificação, considerando que é distinta a classificação relativa a um arquivo com diferentes fundos e seções.

Para Rousseau e Couture (1998), através da classificação realizada nos arquivos correntes, a recuperação das informações torna-se mais fácil e rápida, racionalizando seu armazenamento e, conseqüentemente, a sua conservação. Esta organização proposta nos arquivos correntes traz inúmeras vantagens, apontadas pelo autores, tais como:

- a aceleração e a sistematização da organização das informações orgânicas;
- aumento da proteção da informação, considerando que um documento bem classificado e ordenado encontra-se relativamente em segurança;
- a aceleração da pesquisa, informações pertinentes são obtidas mais rapidamente;
- a tomada de decisão esclarecida mediante à informação pertinente;
- aumento da estabilidade, da continuidade e da eficácia administrativa da organização;
- a otimização da utilização dos espaço, equipamentos e recursos humanos;
- a racionalização e até a diminuição dos custos de organização das massas documentais.

Schellenberg (1974), apesar de referir-se especificamente ao tratamento de documentos de uso corrente, considera a classificação como básica à eficiente administração de documentos, de forma a conservá-los de maneira ordenada e acessível. Apesar de apresentar formas de tratamentos diferenciados para os

arquivos correntes e definitivos, o autor coloca inúmeras questões relacionadas à gestão e propõe princípios de classificação.

A proposta da arquivística integrada, implica que se “pense a classificação a partir do momento que os documentos são criados até o momento de seu destino final” (Lopes, 1997, p.89). Neste sentido, o autor defende que se deve ter em mente que qualquer procedimento relativo à classificação tem repercussões sobre as demais atividades de tratamento das informações. Assim, o trabalho tem sustentação na qualidade da classificação intelectual das informações contidas nos acervos, e até a ordenação física será mais lógica, se baseada numa classificação fundamentada.

Na América Latina, segundo Lopes (1997), é comum a existência de massas documentais desorganizadas, que no Brasil são denominadas arquivos mortos. O autor relaciona esta realidade com a inexistência da classificação sistemática que leva à impossibilidade de uma avaliação e, por conseqüência, à eliminação. Neste sentido, avaliar documentos sem uma ordenação confiável terminaria na proposição de soluções custosas e sem fundamentação teórica.

É a partir das colocações do autor acima citado, que se discute uma avaliação profunda, onde a classificação representa papel fundamental, na medida em que possibilita a localização das informações e dos documentos. Neste sentido, a avaliação torna-se perfeitamente realizável a partir da classificação intelectual das informações, considerando que ao classificar se pode compreender melhor os valores das informações registradas.

Segundo Inojosa (1991), existem muitos conflitos nesse campo, que emergem quando alguns profissionais dão ênfase à preservação dos documentos com vistas ao seu valor potencial permanente, impedindo a eliminação de grandes massas documentais que, por estarem desorganizadas e mal armazenadas, são vistas como verdadeiros túmulos da informação cujo acesso é praticamente impossível.

A avaliação consiste num processo, através do qual os documentos são analisados com vistas a estabelecer sua destinação, considerando os valores que lhe são atribuídos. Como resultado deste processo, tem-se um instrumento básico

(tabela de temporalidade) para o gerenciamento da documentação e dos arquivos, que permite não só a distinção das informações supérfluas das essenciais, como também o reaproveitamento dos espaços de armazenamento. Além disso, garante a preservação e a recuperação de informações, cuja guarda decorra de exigência legal, seja de interesse da organização e/ou apresente valor para guarda permanente (Inojosa, 1991).

Rousseau e Couture (1998) colocam a avaliação como um problema dos arquivos correntes e intermediários, argumentando que não há sentido avaliar na terceira idade, e sim no início do ciclo vital.

Considerando que ao se classificar já se está estabelecendo juízo de valor, pode-se então, classificar, avaliando. Nesta proposta, avalia-se iniciando por classificar. Segundo Lopes (1997) a construção de uma tabela de temporalidade é, ao mesmo tempo, um procedimento classificatório, avaliativo e descritivo, preso à questão do valor das informações.

O autor admite a possibilidade de classificar e avaliar ao mesmo tempo em massas documentais acumuladas de modo desorganizado, principalmente no Brasil, sem deixar de salientar que o eixo da ação deve estar na classificação.

Neste sentido, Castanho, Garcia e Fasolo (1997), após uma pesquisa realizada concluem que o estudo e análise das informações para fins de avaliação, além de possibilitar a realização do processo avaliativo, realmente, conduz à organização dos arquivos já na fase corrente, através da classificação.

Inojosa (1991), defende uma avaliação de forma coletiva, isto é, para avaliar os documentos é preciso considerá-los como séries documentais, e não um a um. Assim, avaliam-se os conjuntos de tipos documentais de mesma natureza, gerados pelo exercício de uma competência ou atribuição.

No mesmo sentido, Lopes (1997) simpatiza com uma avaliação que considere a tipologia documental relacionando à classificação das informações contidas em documentos como itens, aos quais deve-se apor os prazos de guarda, considerando os valores das informações. Esta questão pode ser resolvida, segundo o autor, através da pesquisa, considerando que não existem receitas preestabelecidas.

Avaliar, então, não significa simplesmente eliminar, pois isto pode levar a perdas de informações irreparáveis em prejuízo às organizações. Atitudes desta natureza revelam inconsistência teórica e prática de trabalhos não sustentados na pesquisa.

Um arquivo ativo ou corrente cuja organização se dê a partir de um plano de classificação e que tenha seu ciclo vital determinado por uma tabela de temporalidade evitará a acumulação de massas documentais. Na verdade, será um arquivo corrente de acordo com a teoria das três idades. Os procedimentos de classificar e avaliar gerarão também os arquivos intermediários, os acervos que devem ser recolhidos para o arquivo definitivo e os que podem ser eliminados (Lopes, 1997).

A classificação e a avaliação, enquanto procedimentos que andam juntos, objetivam manter o controle sobre os documentos, impedindo seu crescimento demasiado e ordenando-os de modo que se possa acessar as informações. Neste caminho, Lopes (1996) acredita que “dentro da perspectiva da arquivística integrada, a descrição começa no processo de classificação, continua na avaliação e se aprofunda nos instrumentos de busca mais específico” (p.101).

Ao considerar as operações de natureza intelectual, o autor coloca que, sem exceções, são de natureza descritiva e, conclui que é difícil separar a descrição dos outros dois procedimentos fundamentais da prática arquivística.

A descrição, segundo o Dicionário de Terminologia Arquivística (1996), “consiste no conjunto de procedimentos que, a partir dos elementos formais e de conteúdo, permitem a identificação de documentos e a elaboração de instrumentos de pesquisa” (p.23). No conceito apresentado, não há referência à idade na qual este procedimento deve realizar-se. No entanto, quando se busca instrumentos de pesquisa, percebe-se que estes são vistos como resultantes do processo de identificar, publicar, localizar, resumir ou transcrever os documentos num arquivo permanente, visando seu controle e acesso.

Schellenberg (1974), Heredia Herrera (1993) e Bellotto (1991), entre outros, ao tratarem de programas descritivos também referem-se aos arquivos definitivos.

Para Rousseau e Couture (1998) “os instrumentos de descrição constituem a ponta de lança da arquivística” (p.137), pois permitem a comunicação da informação orgânica no seio da organização junto aos utilizadores, tanto do seu valor primário como do secundário, podendo estar registrados e acessíveis em qualquer suporte.

Estes autores vão além. Avançam em direção a uma teoria de representação da informação e consideram que a prática de estabelecer instrumentos de pesquisa (de descrição e de gestão) e controle dos acervos, deve ser desenvolvida a partir das necessidades da gestão em todos os níveis do ciclo vital. Fariam parte do programa descritivo, instrumentos como planos ou quadros de classificação, tabelas de temporalidade, inventários, guias, bases de dados de referência, entre outros.

Sob esta perspectiva, um programa descritivo, deveria então, iniciar-se de fato com a classificação, onde se alcançaria o primeiro nível do processo (planos, esquemas ou quadros de classificação). O segundo, se daria com a avaliação (tabelas de temporalidade) e o terceiro e mais detalhado ocorreria nos arquivos permanentes (guias, inventários)

Neste sentido, a descrição é vista como um resultado do conjunto geral de procedimentos que se inicia com o diagnóstico e continua ao longo das idades do ciclo vital, ganhando maior detalhamento e complexidade nos arquivos permanentes (Lopes, 1997).

Atualmente, considerando a aprovação da Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística [ISAD (G)] pelo CIA (Conselho Internacional de Arquivos, 1998), defende-se a idéia de que qualquer discussão sobre o assunto deve remeter-se às normas. No entanto, Lopes (1996) argumenta que as normas merecem discussão e adaptação à realidade de cada país e que todos ganharam com as mesmas, pois contribuem para uma arquivística teórica e prática, uma ciência social aplicada, como qualquer outra.

No que se refere à classificação, muitas dificuldades são encontradas quando da elaboração de instrumentos de pesquisa realmente confiáveis. Situação esta que se agrava com a chegada da era digital, quando a informação arquivística registrada, transmitida e acumulada de modo digital torna-se uma realidade.

Diante desta realidade, Lopes (1997) imaginando que o futuro é digital, diz que os documentos existiriam quase que somente em formato eletrônico, tornando-se necessário propor modelos de classificação, avaliação e descrição apropriados. Neste sentido, segundo o autor, "já existem sistemas completos onde, da criação ao destino final, o acervo permanece como registro na mídia eletrônica" (p.102).

No entanto, assim como os arquivos convencionais, aqueles de natureza eletrônica precisam ser classificados, avaliados e descritos para que possam ser acessados. Os recursos proporcionados pela informática só se tornam úteis se precedidos do devido tratamento aos arquivos. Tratamento que, na perspectiva da arquivística integrada, inicia-se com o procedimento de classificação.

2.2.3.1 Métodos de classificação

Com a adoção da teoria das três idades começa e existir uma preocupação em assegurar o tratamento adequado aos documentos no decorrer de todo o ciclo vital, arquivos corrente, intermediário e permanente. No entanto, as barreiras entre as fases do ciclo vital, começam a desaparecer com a introdução de uma política integrada de arquivos, voltada para uma visão global, sem fragmentação.

Sob a perspectiva da arquivística integrada "defende-se a classificação das informações desde o momento em que são concebidas e materializadas na forma de documentos até seu destino final" (Lopes, 1996, p.89). Uma classificação que possibilite a localização das informações e documentos, que torne realizável a avaliação e que permita o início de um programa de descrição. Uma classificação entendida como a ordenação intelectual e física dos documentos, considerando uma proposta de hierarquização representada em planos, esquemas ou quadros de classificação, embasada em métodos e princípios arquivísticos, bem como em normas gerais de procedimentos derivados do levantamento realizado na fonte produtora das informações acumuladas e dos aspectos materiais e intelectuais do acervo.

Neste sentido, Lopes (1996) entende a classificação como uma “tentativa de representação ideológica das informações contidas nos documentos”, que “pode ser mais ou menos lógica, atender ou não à necessidade contemporânea de aumentar a velocidade de acesso aos dados, por meio da organização sistêmica em classes e do uso do maquinário” (p. 89).

Assim, na concepção de uma arquivística integrada, pensa-se na classificação na primeira fase do ciclo vital dos documentos, a qual seria mantida no essencial no decorrer do ciclo, até os arquivos definitivos.

Schellenberg (1974), pioneiro na proposta de administração dos arquivos correntes, apesar de tratar os arquivos definitivos de forma separada, levantou como sendo um dos problemas básicos na administração de documentos a questão relativa a sua conservação de maneira ordenada e acessível.

Sua preocupação resultou na apresentação de metodologias que conduzem a elaboração de planos de classificação, que até hoje são consideradas. Os planos, esquemas ou quadros de classificação consistem da estruturação hierárquica e lógica, organizada intelectualmente, que permite situar as informações e os documentos em suas relações uns com os outros.

A partir de elementos como a ação a que os documentos se referem, a estrutura do órgão que os produziu e o assunto dos documentos, o autor apresenta três métodos de classificação, através dos quais é possível estabelecer o arranjo dos documentos, segundo um plano destinado para facilitar seu uso: métodos funcional, organizacional e por assunto.

Através do método de classificação funcional, segundo Schellenberg (1974), o agrupamento dos documentos deve se dar por atos, onde as várias classes de atividades necessárias à execução das funções principais de um órgão formam as bases para determinar os cabeçalhos sob os quais as unidades de arquivamento podem ser agrupadas. Uma vez agrupados por atividades, os documentos podem ser agrupados de acordo com a função. Os grupos funcionais são as classes maiores normalmente criadas para a classificação dos documentos. Assim, na elaboração de um plano de classificação, a função é levada em consideração,

dividindo-se os documentos em classes e subclasses, onde as maiores classes ou classes principais são criadas tomando-se por base as maiores funções e as classes secundárias considerando as atividades.

Schellenberg (1974) ao referir-se ao método de classificação organizacional afirma que a estrutura orgânica forma a base para os grandes agrupamentos de documentos, que podem refletir-se no próprio plano de classificação. Assim, as classes primárias, em geral, representam os principais elementos organizacionais. No entanto, o autor alerta que este método só é aplicável em organizações cujas funções e processos administrativos sejam bem definidos.

O autor ainda acrescenta que os documentos podem ser agrupados pela divisão em série tanto em base organizacional como funcional, isto é, haveria uma combinação dos métodos.

Quanto ao método de classificação por assunto, devem ser retirados da análise dos documentos, os assuntos que farão parte do plano. Neste processo, Schellenberg (1974) destaca que na elaboração de planos, muitas vezes, se comete o erro de aplicar um grande esquema geral de cabeçalhos por assunto, onde os documentos poderiam ser mais eficientemente arranjados segundo a função e a organização. Segundo o autor, este método é mais aplicável a acervos bibliográficos e só em casos excepcionais os documentos arquivísticos devem ser classificados em relação aos assuntos. Estes casos, referem-se a materiais de pesquisa, de referência e similares.

Considerando que os documentos resultam de uma função e são usados em relação a mesma, devem portanto ser classificados de acordo com esta. A partir deste argumento Schellenberg (1974) recomenda, então, a classificação funcional.

A escolha do método de classificação a ser adotado é, sem dúvida, um dos pontos mais importantes, se considerarmos a perspectiva da arquivística integrada, pois dele dependerá o desencadeamento de todo o processo.

Neste sentido, considerando os métodos apresentados por Schellenberg (1974), muitos autores discorrem sobre o assunto onde se percebe que muitos referem-se à classificação operada somente nos arquivos permanentes ou

definitivos. Mesmo entre os que se referem às primeiras idades dos documentos, as discussões parecem não estar num mesmo patamar.

Gonçalves (1998) entende “que a opção pela classificação estritamente funcional, apesar de menos freqüente e tecnicamente mais complexa, costuma atender melhor às exigências da classificação arquivística” (p.23). A autora, ao colocar que a classificação estrutural (organizacional) é, tradicionalmente, a mais aceita e adotada, argumenta que quando não há estruturas bem definidas ou que sofrem alterações constantes, este tipo de classificação apresenta inconvenientes. Ao referir-se à classificação por assunto, coloca que esta deveria ser evitada no âmbito dos arquivos, considerando que o termo assunto gera inúmeras confusões, sendo, muitas vezes, entendido como função e, que o mesmo se refere mais propriamente ao conteúdo escrito do documento.

No entanto, Oliveira (1994) e Paes (1991), defendem a classificação de acordo com o assunto tratado nos documentos, considerando que esta agiliza a recuperação, na medida em que garante a transparência do acervo.

Para Cruz Mundet (1994) a classificação funcional, mesmo não sendo perfeita, oferece riscos mínimos de confusão, de interferências, de ambigüidade, além de assegurar, muito melhor, o respeito aos fundos em sua continuidade, do que os sistemas baseados nas estruturas administrativas.

Alberch i Fugueras (1997) diz que um plano de classificação orgânico reflete com a máxima precisão a estrutura e a história interna de uma instituição produtora, estando, portanto, perfeitamente sintonizado com os postulados clássicos da arquivística. No entanto, é útil somente quando em organismos com fundos documentais fechados ou quando se tratar de organizações com elevado grau de permanência em seus órgão e funções. O autor defende, então, um sistema de classificação uniforme, inseparável do estabelecimento de um sistema de gestão integral da documentação, o qual só é possível mediante um sistema de classificação funcional baseado na estrutura hierárquica e lógica que reflete as funções e atividades de um organismo.

Na concepção de Lopes (1996) a classificação deve ser obtida de “modo heurístico” (p.98), onde o conjunto de classes/séries informacionais e documentais deve refletir o que se estudou sobre as estruturas, as funções, as atividades e as características dos acervos. A partir deste método, segundo o autor pode-se chegar a uma hierarquia lógica de classes/séries e subclasses/subséries que não sejam estranhas à organização e que permitam a recuperação das informações.

Em outra obra, Lopes (1997) seguindo a mesma linha de pensamento, defende uma classificação que “espelhe a vida das organizações, seja uma virtualidade das estruturas, das funções e sobretudo, das atividades” (p.95), devendo considerar, também, as características e usos dos acervos, sob o ponto de vista informacional e material, que são identificáveis pelas:

especificidades dos suportes e seus estados físicos; espécies e subespécies documentais; funções precípua das informações contidas; relações dos documentos com as atividades da organização; tipologias documentais genéricas e específicas; “classificações originais”, isto é, aquelas preexistentes, anteriores à intervenção profissional; menções aos emissores e receptores, isto é, os que produziram e os que receberam, mesmo que sejam os mesmos (Lopes, 1997, p. 96).

Neste sentido, o autor coloca que uma classificação deve basear-se na definição de fundos, subfundos, séries, subséries, etc., através da investigação da história das organizações. Onde a noção de fundo relaciona-se agora a um conjunto de informações e, não mais, de arquivos. A noção de subfundos, refere-se às informações e documentos gerados por parcelas das estruturas de uma macroorganização, com características similares a dos fundos. Enquanto que, as séries e subséries revelam o conhecimento detido da organização, nas suas atividades, funções e estruturas:

O autor propõe então, uma classificação ideológica, concebida a partir da pesquisa sobre o objeto de trabalho, considerando que o saber sobre uma organização consiste na produção de idéias sobre a mesma.

Para Lopes (1997), o levantamento de dados relativos às estruturas, funções, atividades, fluxo informacional e das questões relativas aos acervos constroem o objeto de pesquisa, ao representarem a situação arquivística da organização, em

forma de diagnóstico. Através da análise dessa situação, é possível propor soluções a que se possam chamar de científicas, considerando que se baseiam na análise criteriosa de problemas, realizada de acordo com metodologias e parâmetros aceitos pelas ciências sociais.

3 METODOLOGIA

A partir dos conhecimentos teórico-empíricos anteriormente abordados, apresenta-se a seguir a metodologia através da qual investigou-se a aplicação da arquivística integrada, considerando os desdobramentos do processo a partir da classificação, nos trabalhos de final de curso dos graduandos em Arquivologia pela UFSM, no período 1997 a 1999.

3.1 Abordagem metodológica

A pesquisa realizada consiste em um estudo qualitativo, no qual não se teve a preocupação em isolar alguns aspectos quantitativos e sim, abordar de maneira integrada a realidade estudada. Assim, os dados recolhidos são apresentados “em forma de palavras e não de números” (Bogdan e Biklen, 1994, p.48).

“A pesquisa qualitativa é descritiva” (Godoy, 1995, p.62). Nesta afirmativa destaca-se a palavra escrita, que neste trabalho assume papel fundamental, tanto no processo de obtenção dos dados, quanto na disseminação dos resultados.

No entanto, um estudo qualitativo pode ser conduzido por diferentes caminhos. No exercício desta pesquisa, o estudo foi conduzido através da pesquisa documental, cujas fontes constituem-se dos trabalhos de final de curso dos graduandos em Arquivologia da UFSM, no período 1997 a 1999.

3.2 Procedimentos

A pesquisa qualitativa, na concepção de Minayo (1996), “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (p.21).

Os investigadores qualitativos, não recolhem dados com o objetivo de confirmar hipóteses previamente elaboradas, ao contrário, "as abstrações são construídas a medida que os dados particulares que forem recolhidos vão se agrupando" (Bogdan e Biklen, 1994, p.50).

Assim, adotando a orientação dos autores, acima citados e, considerando a abrangência do presente estudo, não foi realizada a definição constitutiva e operacional de variáveis. O procedimento de análise das fontes foi organizado em torno de um processo de categorização, em função do objetivo da pesquisa.

Neste sentido, para a análise, conforme conceituações desenvolvidas no capítulo que apresenta a Fundamentação Teórica (cap. 2), foram destacadas as seguintes categorias: aplicação da arquivística integrada, interligação dos procedimentos classificação, avaliação e descrição, aplicação do procedimento de classificação, problemas de ordem teórico-prático apontados.

Das categorias destacadas foram retiradas unidades de análise, ou seja, palavras, frases apresentadas nos trabalhos dos graduandos que serviram de elementos básicos para a investigação. No entanto, a análise não se limitou às categorias destacadas, considerando que se realizou uma imersão total nas fontes selecionadas.

3.2.1 Coleta e análise dos dados

Os trabalhos de final de curso dos graduandos em Arquivologia pela UFSM, no período 1997 a 1999, constituem as fontes escolhidas, considerando os propósitos da presente pesquisa e a viabilidade de acesso às mesmas. A escolha das fontes, justifica-se, também, pelo fato de que, a formação que os graduandos obtêm ao sair do curso se consubstancia nos trabalhos finais, o que viabilizou uma coleta de dados válidos e confiáveis.

A autorização para efetuar o estudo foi negociada de forma clara e explícita com a coordenação do Curso de Arquivologia da UFSM (Anexos A e B).

O curso de Arquivologia, que funciona desde março de 1977, oferece 30 vagas anuais por intermédio do concurso vestibular e do PEIES (Programa de Ingresso ao Ensino Superior). Desde então, já passou por três reestruturações curriculares, sendo que atualmente possibilita a conclusão do cursos através do tempo mínimo de sete semestres (Peres, 1997).

De acordo com o Projeto de Currículo do Curso (UFSM, 1994), na seqüência normal aconselhada, os alunos cursam no sexto semestre a disciplina de Projeto de Arquivo, pré-requisito para a disciplina de Estágio Supervisionado, cursada no sétimo semestre. A disciplina de Projeto de Arquivo, que tem por objetivo analisar e propor soluções para a organização de um sistema de arquivos através da identificação de uma situação real de arquivo, tem o programa constituído de uma parte teórica e uma parte prática. A prática deve realizar-se em uma instituição ou empresa pública ou privada, credenciada pelo professor da disciplina, da qual resulta um projeto de implantação de sistema de arquivos.

A disciplina de Estágio Supervisionado, segundo as Normas para Realização do Estágio Supervisionado do Curso de Arquivologia (UFSM, 1991), tem por objetivo "oportunizar experiência pré-profissional ao futuro arquivista" (p.7). Neste sentido, existindo a possibilidade de o estágio realizar-se na mesma instituição, os alunos aplicam o projeto elaborado na disciplina anterior, resultando um relatório do estágio realizado. Caso contrário, o aluno realizando estágio em outra instituição, pode resultar um outro projeto ou um relatório de atividades desenvolvidas junto à instituição onde realizou-se o estágio. Em ambos os casos, os trabalhos devem ser defendidos.

Assim, existindo uma relação preestabelecida entre as duas disciplinas, para a análise foram considerados os trabalhos resultantes da disciplina de Projeto de Arquivo e de Estágio Supervisionado, o que totaliza cinquenta (50) trabalhos, realizados individualmente ou em grupos de dois alunos, no período delimitado para realização da pesquisa (1997 a 1999). Destes, foram analisados quarenta e sete trabalhos (47), três (3) não se encontravam no acervo quando foram realizadas as análises (Anexo C).

Os projetos e relatórios, quando realizados na mesma instituição, foram considerados como uma unidade de análise, um trabalho. Assim, dos quarenta e sete trabalhos (47), doze (12) são projetos e trinta e cinco (35) são relatórios. Dos trinta e cinco (35) relatórios, em vinte e um (21) incluem-se projetos realizados na mesma instituição.

Apesar de os trabalhos possuírem um número de registro junto ao curso de Arquivologia, os mesmos foram numerados de acordo com a ordem de análise, procurando preservar a identidade dos alunos. Assim, deve-se observar que foram utilizados códigos representados por (TR 01, TP 02, TPR 03), correspondendo TR 01, por exemplo, ao relatório 01; TP 02, ao projeto 02; e TPR 03, ao relatório e projeto 03, realizados na mesma instituição.

Nas citações apresentadas no capítulo Resultados (cap. 4) usou-se a palavra (*a, da, na, pela*) *Instituição*, em substituição ao nome da instituição ou empresa, com o objetivo de evitar que o local onde os trabalhos foram realizados seja identificado.

A coleta de dados realizou-se nos meses de abril, maio e junho de 2000. Para as análises dos trabalhos levou-se, em média, três horas e foram realizadas no próprio espaço do Curso de Arquivologia.

Para encontrar respostas à questão que norteou esta pesquisa, foi então, empregada a técnica de análise de conteúdo.

Seguindo o caminho indicado por Gomes (1996), Godoy (1995) e por Bogdan e Biklen (1994), a análise do conteúdo das fontes escolhidas foi desenvolvida, inicialmente, através de uma pré-análise, também chamada de fase de organização. Nesta fase as fontes foram identificadas e realizou-se a análise de algumas delas, com o objetivo de montar planilhas para registrar os dados coletados, considerando o objetivo de pesquisa.

Assim, organizou-se um esquema de trabalho que orientasse para a análise, com procedimentos bem definidos, embora flexíveis, pois "é o próprio estudo que estrutura a investigação, não idéias preconcebidas ou um plano prévio detalhado"

(Bogdan e Biklen ,1994, p.83). Neste sentido, à medida que as fontes são exploradas, vai se construindo a metodologia de análise.

Posteriormente, os trabalhos dos graduandos foram percorridos com o objetivo de destacar frases e parágrafos representativos das idéias, reflexões, estratégias e perspectivas dos alunos em relação aos tópicos em estudo. Os dados recolhidos foram planilhados e numerados, de acordo com a ordem de análise, anotando-se o número de registro do trabalho correspondente, para poder retornar às fontes quando fosse necessário. Paralelamente à recolha dos dados, foram anotados comentários que emergiram, sublinhadas as frases que pareciam relevantes e circuladas palavras-chave utilizadas pelos alunos, realizando-se assim, uma pré-análise concomitante à coleta dos dados.

Uma vez coletados os dados, procedeu-se a releitura dos mesmos em busca de regularidades e padrões, partes ou elementos comuns e particulares. Após, os dados foram agrupados, organizados e apresentados (cap.4 Resultados), buscando evidenciar elementos significativos e válidos em função do objetivo da pesquisa.

Posteriormente, procedeu-se a análise formal dos resultados, isto é, a análise e interpretação daquilo que os dados revelaram. Esta etapa foi orientada pela questão de pesquisa e discutida com os autores que discorrem sobre o tema (cap. 5. Analisando a aplicação da arquivística integrada).

Assim, “num movimento contínuo da teoria para os dados e vice-versa” (Godoy, 1995, p.24), as categorias de análise tornaram-se, cada vez mais, claras e apropriadas aos propósitos das pesquisa, o que permitiu elaborar as considerações finais, considerando a análise dos resultados.

4 RESULTADOS

A coleta de dados realizou-se considerando as categorias de análise que a literatura e os trabalhos analisados indicam. A principal finalidade desta etapa foi registrar, através da recolha dos dados, conteúdos afins ao objetivo desta pesquisa, que são apresentados neste capítulo.

4.1 As políticas de gestão de arquivos

De forma bem evidente, percebe-se, na maioria dos trabalhos analisados, a preocupação com a gestão sistemática das informações no âmbito das organizações onde os trabalhos foram realizados. Dentre eles destaca-se:

Instituir uma política de gestão documental na *Instituição*, de forma a sistematizar o tratamento da documentação de caráter Corrente, Intermediário e Permanente, que permita definir suas rotinas. Dessa forma, poder-se-á garantir a guarda, conservação e acessibilidade rápida e eficaz à informação, que possam viabilizar o cumprimento de suas atividades intrínsecas administrativas, como também facilitar o acesso ao pesquisador. (TP 43, 1997, p.4).

Algumas argumentações, explicitam mais claramente as questões relacionadas à gestão sistemática das informações e a relação desta com sistemas de arquivos, como a que se encontra no TP 40 (1997, p.21): "A gestão sistemática de documentos só é factível mediante a implantação de um sistema de arquivos bem estruturado, colocando em prática programas para controlar uso, manutenção, normalização, guarda, proteção e destinação de documentos". No mesmo sentido, argumenta-se que:

O processo de gestão documental representa o conjunto de operações que tem por objetivo acompanhar o documento desde o momento em que ele é criado até sua destinação final, aperfeiçoando e simplificando o ciclo vital dos documentos através do planejamento, da organização, do controle, da coordenação dos recursos humanos, do espaço físico e dos equipamentos. (TR 29, 1998, p.3).

Dos trabalhos analisados, alguns apresentam argumentações através de autores como Lopes (1996, 1997) e Rousseau e Couture (1998), onde observa-se a preocupação com uma política integrada de arquivos. Destes, merecem destaque:

De acordo com LOPES (1997) a proposta de uma política integrada de arquivos revoluciona o conceito de um tratamento arquivístico, voltado para uma visão do todo. Propõe-se assim, um tratamento global da documentação, resultando no aumento das possibilidades do uso das informações para a tomada de decisões. (TP 04, 1999, p.17)

No mesmo sentido, destaca-se:

A mídia registra fatos relacionados à dificuldade de se obter, controlar e acessar as informações. Os prejuízos, os desgastes são sempre lembrados, porém ainda é raro quem perceba e ligue estes fatos à aplicação de métodos empíricos de gerenciamento de informação. "A informação deve ser cada vez mais considerada como um todo gerido sistematicamente, coordenado e harmonizado, objeto de uma política clara (Couture, 1998)." Diante disso, o estabelecimento de normas que regulam os arquivos virá a contribuir para a instituição, na medida em que terá acesso rápido e eficaz à informação ... (TR 12, 1999, p.67).

Outros trabalhos, ainda que poucos, abordam diretamente a necessidade de implantar sistemas de arquivos propostos considerando a arquivística integrada.

Assim, destaca-se:

Para a implantação do Sistema de Arquivos através do Departamento de Arquivos, Protocolo e CPD da *Instituição*, parte-se do pressuposto de que, deve-se observar diretamente a organização da *Instituição* e a partir do levantamento de dados e do acervo existente, constituir e propor metodologias embasadas na teoria e na prática da arquivística integrada. (TP 19, 1999, p.23)

Apesar da maioria dos trabalhos, de uma forma ou de outra, apresentarem a preocupação com a gestão sistemática das informações, encontram-se trabalhos cujos objetivos estão relacionados à promoção da "reorganização do Arquivo Permanente da *Instituição*, no que diz respeito ao acervo e ao espaço físico, possibilitando a preservação dos documentos permanentes, bem como melhor acesso a eles" (TP 42, 1997, p.9). Nestes, evidencia-se a preocupação centrada nos documentos de terceira idade, desconsiderando a origem dos mesmos.

No entanto, no TR 16 (1999), realizado em um arquivo histórico, onde teoricamente encontram-se documentos de terceira idade, percebe-se a preocupação com o tratamento dos documentos na sua origem, quando refere-se a “uma das facilidades do sistema de arquivos quando aplicado é o de proporcionar o acesso rápido e eficaz às informações, outra facilidade que será vista, é que a documentação que possui como destino o Arquivo Histórico, estes chegarão organizados e classificados.” (p.13)

Em alguns trabalhos, como TP 06 (1999), TR 13 (1999) e TR 28 (1998), não foram encontradas referências à gestão sistemática de informações. Os referidos trabalhos apresentam simples relatos de atividades essencialmente técnicas, onde as reflexões em torno de princípios e políticas arquivísticas estão praticamente ausentes.

Assim, percebe-se bem clara a preocupação dos graduandos em Arquivologia pela UFSM com a gestão sistemática das informações, evidenciando-se a relação desta com a implantação de sistemas de arquivos.

Através das argumentações, observa-se o interesse em implantar sistemas de arquivos considerando os pressupostos teóricos da arquivística integrada. Apesar disso, encontram-se trabalhos onde percebe-se a preocupação centrada na organização de arquivos permanentes, ou que se constituem em simples relatos de atividades essencialmente técnicas.

4.2 A interligação entre os procedimentos de classificação, avaliação e descrição

Tomando por base a continuidade, complementaridade, estruturação e articulação entre classificação, avaliação e descrição, foram encontrados poucos trabalhos que apresentam argumentações nas quais se percebe claramente esse entendimento.

O trabalho TR 03 (1999) refere-se à tabela de temporalidade como “instrumento resultante da avaliação, definindo prazos de guarda”, que “é elaborada

a partir da classificação.” (p.25). Assim, faz a relação entre classificação e avaliação, e também com descrição quando acrescenta:

Em palestra proferida no III Encontro de Estudantes de Arquivologia LOPES (1999) trata da questão da norma internacional de descrição arquivística – ISAD (G), na qual ressalta que uma das pré-condições para a aplicação dessas normas é que o acervo esteja classificado e avaliado; tendo como vantagem que esta chama atenção para a necessidade da organização dos arquivos, bem como na integração deste como o mundo. ... “Acredita-se que dentro da perspectiva da arquivística integrada, a descrição começa no processo de classificação, continua na avaliação e se aprofunda nos instrumentos de busca” (LOPES, 1996, p.100). Neste paradigma, será elaborado a “posteriori” a ordenação, o inventário dos documentos integrantes do fundo ... (TR 03, 1999, p.27-28)

De outra forma, o trabalho TP 11 (1999), faz a interligação entre os três procedimentos ao referir-se aos arquivos correntes, quando destaca:

Sendo assim, como primeiro passo, nesta fase sugere-se a elaboração de um plano de classificação, pois segundo L. C. LOPES (1996, p.98) a definição de um plano de classificação é primordial, pois sem ele as outras operações descritivas e avaliativas tenderão a fracassar. (p.36).

Em alguns trabalhos, embora poucos e de forma sutil, subentende-se a intervencionalidade entre os procedimentos de classificação, de avaliação e de descrição, na medida em que se referem a planos de classificação e/ou a tabelas de temporalidade como instrumentos de busca usados nos arquivos de segunda e terceira idade, enquanto não são elaborados outros. No entanto, não se referem a elaboração destes outros a partir daqueles. Dentre eles cita-se: “A busca da documentação é feita a partir do próprio Plano de Classificação adotado, pois a guarda segue os mesmos princípios adotados no tratamento dos arquivos correntes.” (TR 40, 1997, p.17); “... Plano de Classificação ... Tabela de Temporalidade ... estes são base para a localização das informações contidas nos documentos do Arquivo Intermediário e Permanente.” (TR 31, 1998, p.9); “A construção de instrumentos de pesquisa neste momento não foi priorizada, ... O plano de classificação da instituição e a identificação colocada nas caixas de

transferência estão atualmente servindo de um meio de acesso ao documento.” (TR 30, 1998, p.13-14).

Nos argumentos apresentados observa-se a intervinculação entre os três procedimentos, porém na maioria dos trabalhos analisados, apesar de haver a preocupação com a continuidade de intervenções ao longo do ciclo vital, percebe-se apenas a interligação entre os procedimentos de classificação e avaliação. Não havendo, portanto, referências à ligação desses procedimentos com a descrição. Dentre eles salienta-se:

O processo de avaliação documental ocorre após a elaboração do Plano de Classificação, pois segundo BERNARDES (1998), se trata, de um trabalho que consiste na identificação de valores para os documentos e na análise do ciclo de vida dos mesmos, visando a racionalização dos arquivos e a eficiência administrativa, bem como a preservação do patrimônio documental. A partir da elaboração do Plano de Classificação, poderemos dar início a um criterioso processo de avaliação da massa documental. (TR 15, 1999, p.30)

Pode-se também destacar:

Considerando as atividades desenvolvidas pelo *Instituição* estabeleceu-se um sistema de classificação funcional para os documentos, o qual determinará além da organização no arquivo corrente, a base para a avaliação documental e para o arranjo dos documentos nos arquivos intermediário e permanente como nos diz Esposel: “os arquivos correntes, quando administrados racionalmente preservam para a pesquisa histórica de forma ordenada e acessível o que realmente tem valor para sua elaboração (1994, p. 80).” (TP 37, 1997, p.26)

No mesmo sentido, em muitos trabalhos, tais como TPR 8 (1999) e TP 19 (1999), embora não se perceba nos argumentos apresentados, na prática observa-se a interligação entre a classificação e a avaliação. Nos mesmos, constata-se que instrumentos como tabelas de temporalidade foram estruturadas considerando os planos de classificação elaborados anteriormente, ou foram elaborados concomitantemente.

Quanto ao procedimento de descrição, em muitos trabalhos, as referências se dão somente no âmbito dos arquivos de terceira idade, pois referem-se à

elaboração dos instrumentos de pesquisa ou de busca para os documentos de caráter permanente.

Para a elaboração desses instrumentos, não são considerados os resultantes da classificação e/ou da avaliação (planos e/ou tabelas de temporalidade). Neste sentido destaca-se:

... faz-se necessário que se estabeleçam Políticas de Arranjo e Descrição de Documentos, de modo que os mesmos sejam arranjados de forma que possam remontar a realidade que os produziu, e ainda possibilitar maior facilidade de busca de informações neles contidas, através do uso de Instrumentos de Pesquisa, que serão elaborados a partir de um estudo mais aprofundado da documentação de caráter permanente, bem como das necessidades do pesquisador, com relação à documentação. (TP 43, 1997, p.39)

Apesar de poucos trabalhos, merecem ser citados, aqueles que, mesmo propondo e/ou aplicando classificação nas três idades dos documentos, não estabelecem quaisquer tipos de relações desse procedimento com avaliação e com descrição. No trabalho TR 29 (1998), por exemplo, a tabela de temporalidade apresentada foi elaborada desconsiderando a classificação estruturada para a organização dos documentos nas três idades, não havendo também, referências ao procedimento de descrição.

Da mesma forma, no trabalho TP 22 (1999) encontra-se referência à classificação nas três idades dos documentos, porém não se percebe a interligação deste procedimentos com o de avaliação nem com o de descrição, apesar de sugerir a elaboração de tabela de temporalidade para estabelecer as idades dos documentos, bem como a construção de um guia que fornecerá as informações sobre os documentos e sua localização.

Além dos resultados apresentados, foram encontrados trabalhos, como TP 06 (1999), TR 13 (1999) e TR 28 (1998), que consistem de relatos de atividades essencialmente técnicas, nos quais não se percebe e nem se pode destacar as questões aqui apresentadas.

Assim, embora em poucos trabalhos, evidencia-se claramente a interligação entre os procedimentos de classificação, de avaliação e de descrição. Porém, na

maioria dos trabalhos analisados, observa-se apenas a interligação entre classificação e avaliação, não havendo referência à relação destes com a descrição. Ainda, observa-se a existência de alguns trabalhos que, mesmo propondo classificação para as três idades dos arquivos, não estabelecem interligação da classificação com os demais procedimentos.

4.3 A aplicação do procedimento de classificação

Na maioria dos trabalhos é evidente a preocupação com o procedimento de classificação, onde se salienta que a realização deste deve ocorrer nos arquivos correntes, ou seja, na primeira idade do ciclo, devendo manter-se nas demais. Neste sentido, destaca-se:

A operação de definir a classificação e aplicá-la às informações e acervos é primordial. No entendimento de LOPES, 1996, p.89, a classificação representa a ordenação intelectual e física dos acervos, idealizada a partir da hierarquia das informações referentes aos mesmos, consistindo na tentativa de representação ideológica, estabelecida em planos ou quadros de classificação e em normas gerais de procedimentos oriundos do conhecimento da fonte produtora, das informações acumuladas e dos aspectos materiais e intelectuais do acervo. O autor afirma ainda que deva-se pensar a classificação a partir do momento de seu nascimento até a destinação final. (TR 18, 1999, p.18)

Cabe ainda destacar o TR 09 (1999), considerando a colocação à respeito da classificação ao longo das três idades dos arquivos:

Segundo os princípios abordados na "arquivística integrada", por COUTURE & ROUSSEAU (1998), é fundamental que se estabeleça um elo de ligação quanto ao arranjo e classificação de documentos nos diferentes estágios do seu ciclo de vida, quer eles estejam em estado corrente, intermediário e permanente. (p.46).

4.3.1 Os métodos de classificação

Quanto à escolha dos métodos de classificação propostos e/ou aplicados para a elaboração de planos de classificação, são muitos os argumentos apresentados, sendo aqui destacados alguns, considerando os métodos adotados.

O método de classificação funcional é proposto e/ou aplicado na maioria dos trabalhos, por diversas razões, destacando-se:

... no que se refere à adoção do Método de Classificação, optou-se pelo Funcional, haja visto que as Instituições Públicas de grande complexidade estrutural e volume de documentos, os teóricos de renome como Schellenberg recomendam: "... Os documentos públicos geralmente devem ser classificados em relação à função. Resultam de uma função são usados em relação a função e devem, portanto, ser classificados de acordo com esta". (SCHELLENBERG, 1974, p.73). ... Convém justificar a não adoção do Método de Classificação por Assuntos, visto que, naturalmente a organização empírica e leiga tende a agrupar e acondicionar os documentos segundo o assunto que tratam, em face a aparente facilidade de busca. Todavia, após algum tempo, verifica-se o problema da contínua abertura de novas classes e pastas, que a medida que o acervo documental cresce, vai se tornando inviável o controle, tamanha a diversidade de assuntos que uma instituição ou órgão, como a *Instituição* trata nas suas atividades peculiares. Por esta razão optou-se pelo Método de Classificação Funcional, (TR 41, 1997, p.9-10)

No mesmo sentido, destaca-se:

A classificação funcional é um espelho, uma imagem duradoura das múltiplas atividades que o órgão realizou desde sua criação (E. R. PEREIRA). Assim, acredita-se que o referido método de classificação é o melhor e mais eficaz a ser seguido no âmbito do *Instituição*, uma vez que estabelece as classes e subclasses documentais de acordo com as atividades da instituição, o que facilita a busca e recuperação das informações. (TP 11, 1999, p.36)

O uso do método de classificação funcional é também argumentado através de "suas principais características que são simplicidade e clareza" (TP 39, 1997, p.24), ou por "ser o que melhor atende as necessidades de organização dos documentos da *Instituição*, pois é um método fácil de ser assimilado" (TP 44, 1997, p.47-48), além da "rapidez e acesso, que o arquivista terá, na busca da informação" (TP 14, 1999, p.34).

Nas argumentações relativas à adoção do método de classificação funcional observam-se referências a muitos autores que tratam do assunto. Além dos já apresentados nas citações anteriores, destaca-se:

Segundo LOPES (1997), a classificação de documentos deve refletir as funções de uma entidade, deve ser clara e simples, de acordo com as necessidades do usuário, ressaltando o tratamento arquivístico dado aos documentos. Em concordância, SCHELLENBERG (1974) acredita que a classificação dos documentos deve ser feita de acordo com as funções pelas quais foram criados, facilitando a adaptação e atualização do plano de classificação quando funções são criadas e extintas. ... Entretanto, o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), criado através do art. 26 da Lei 8.159/91 que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, analisou e aprovou o Código de Classificação por Assuntos referentes as atividades-meio da administração pública, publicado no Diário Oficial da União de 29/03/96. ... Em contrapartida, há uma gama de estudos arquivísticos que modernamente utilizam-se do método funcional que melhor se adapta a instituições públicas e privadas, Este, deixa explícito as funções e atividades que o órgão desempenha, refletindo a identidade arquivística da instituição. (TR 03, 1999, p.21-23)

Alguns trabalhos como TP 27 (1997), TP 34 (1998) e TP 02 (1999), também sugerem e/ou aplicam o método de classificação funcional, porém não justificam ou argumentam a adoção do mesmo.

Apesar de, na maioria dos trabalhos, encontrarem-se argumentações que justificam a aplicação do método de classificação funcional, cabe destacar que, em alguns trabalhos, observa-se a aplicação do método de classificação organizacional. Dentre os quais salientam-se os seguintes argumentos:

Conforme SCHELLENBERG (1972, p.69) "se a estrutura orgânica se reflete um esquema de documentos, as classes primárias, em geral, representam os principais elementos organizacionais da repartição, a divisão em classes organizacionais é possível e aconselhável somente em governos de organização estável e cujas funções e processos administrativos sejam bem definidos". De acordo com o projeto anteriormente apresentado, e considerando a afirmação de SCHELLENBERG, foi implantado na *Instituição* o plano de classificação estrutural (ANEXO B) por adequar-se a órgãos com atividades bem definidas e uma estrutura estável. (TR 40, 1997, p.10-11)

... adotou-se o plano de classificação estrutural (Anexo A), por entender ser o que melhor se adapta as necessidades de busca dos usuários, bem como ao processo de avaliação e posterior guarda permanente no Arquivo Histórico da entidade, pois esta tem a sua estrutura, ou seja, as suas áreas de atuação estáveis. (TR 32, 1998, p.9)

Com relação a outros tipos de classificação, um dos trabalhos faz referência à classificação por assuntos, no qual é apresentado um código de classificação por assunto, já existente. No entanto, este é utilizado apenas para a ordenação de fotografias e não como base para a classificação de toda a produção documental da organização, para a qual não há referência de adoção de nenhum método de classificação: “o trabalho de conservação do acervo fotográfico deu-se paralelamente ao de identificação. À medida em que se analisou o assunto de cada fotografia para identificá-la conforme novo código de classificação por Assunto, trabalhou-se na limpeza dos mesmos” (TR 23, 1998, p.11).

Assim, na maioria dos trabalhos analisados, evidencia-se a preocupação com sistemas de classificação propostos e/ou aplicados na primeira idade dos documentos, devendo manter-se nas demais fases do ciclo vital. Muitos argumentos são apresentados para justificar a aplicação de métodos de classificação, salientando-se a aplicação do método de classificação funcional, na maioria dos trabalhos analisados.

4.3.2 A elaboração de planos de classificação

Na maioria dos trabalhos analisados os procedimentos metodológicos adotados quando da elaboração de planos, esquemas ou quadros de classificação apresentam-se pouco detalhados e sem muito destaque, onde não se observa a descrição dos mesmos em itens próprios. Os trabalhos que discorrem sobre esta questão serviram se base para os resultados ora apresentados.

Quanto à elaboração dos planos de classificação, percebe-se, na maioria desses trabalhos, a preocupação inicial em conhecer a história da instituição, sua estrutura e funcionamento, para depois considerar as características dos acervos. Neste sentido, alguns trabalhos podem ser destacados, tais como:

... com o conhecimento da estrutura, atividades, documentação e função da instituição, chega-se a uma realidade operacional. O diagnóstico seria, portanto, uma constatação dos pontos de atrito, de

falhas ou lacunas existentes no complexo administrativo, enfim apresentar as razões que impedem o funcionamento eficaz do arquivo. (TP 14, 1999, p.24)

Compreender as relações que se estabelecem nos processos de trabalho de uma empresa não é tarefa fácil, é necessário reconstruir a sua trajetória evolutiva, as suas atividades e as funções do passado e do presente. Sob esta perspectiva pode-se inferir que : “É necessário, garimpar e fazer as instalações, ver o presente manchado pelo passado, auscultar o passado pelos olhos e limites do presente. Construir a teia de relações e estabelecer os modelos de funcionamento, hierarquizar as atividades e separar o fundamental daquilo de importância secundária e dispensável. (LOPES, 1998, p.40)”. Neste sentido, o entendimento da empresa e de seu funcionamento, tomou-se peça fundamental na busca de identificação de suas necessidades, aqui recortadas sob o prisma de práticas arquivísticas, a fim de traçar diretrizes e proposta de tratamento documental visando sobretudo, a otimização do seu funcionamento. (TR 09, 1999, p.22)

Quanto à etapa de coleta de dados, são poucos os trabalhos nos quais esta é apresentada de forma mais detalhada. Destes, o trabalho TP 08 (1999) identifica claramente a coleta de dados realizada:

O levantamento de dados ocorreu em quatro momentos distintos. Inicialmente através da apresentação dos estagiários nas seções e de conversas informais à respeito do funcionamento atividades desenvolvidas nas mesmas. Em segundo momento, aplicou-se um questionário (ANEXO B: questionário para coleta de dados) buscando complementar as informações já coletadas. E uma terceira etapa realizamos entrevistas diretamente nas seções procurando detalhar os dados, assim como complementá-los. Por fim, partimos para o levantamento da produção documental propriamente dita, pesquisando a documentação junto aos arquivos de cada seção e no arquivo permanente. (p.41)

O trabalho TR 09 (1999) apresenta, de outra forma, como os dados foram levantados:

Assim, através de um trabalho de campo que contou com entrevistas, conversas informais com os funcionários, observação das atividades cotidianas da empresa, procurando entender, ainda que de forma superficial, o seu processo global de administração, foi possível realizar o mapeamento da real situação dos arquivos e das necessidades mais urgentes no campo do acesso à informação. (p.22)

A partir da coleta dos dados, alguns trabalhos referem-se à análise dos mesmos, com vistas a adoção de métodos de classificação, como destaca-se no trabalho TP 04 (1999):

Para estabelecer-se um plano de classificação que espelhe a vida da organização, deve-se levar em consideração as características dos acervos, as especificidades dos suportes e seus estados físicos, espécies documentais, relações dos documentos com as atividades da organização e a classificação original. A partir do estudo destes dados, e considerando as reais necessidades da Instituição, propomos um Plano de Classificação ... (p.20)

De acordo com os resultados anteriormente apresentados, após, são então, feitas proposições quanto à aplicação de métodos de classificação e por conseguinte elaborados os planos de classificação. Neste sentido, dos trabalhos que propõem a aplicação do método de classificação funcional, o trabalho TR 35 (1998) apresenta de forma mais detalhada a elaboração do plano:

Os documentos produzidos e recebidos *pela Instituição* foram organizados considerando as funções dos quais são resultantes na unidade administrativa, Inicialmente, elaborou-se um plano de classificação, mediante um levantamento da produção documental *da Instituição*, baseado no estudo de classes representativas de atividades necessárias para a execução das funções *da Instituição*. De acordo com as funções os documentos foram agrupados em *classes funcionais* (séries documentais) e, no interior destas em subclasses (subséries), representando as atividades. Os documentos resultantes constituem as unidades de arquivamento listadas no interior da séries/subséries. ... Após, os documentos foram organizados, utilizando-se como recurso para facilitar a busca dos mesmos a identificação das classes através da utilização de cabeçalhos. Além de representar uma função principal, cada entrada, foi identificada por uma cor, para permitir uma melhor visualização na hora do arquivamento. (p.11 e 21)

O trabalho TR 09 (1999) destaca-se por apresentar, de forma direta e sucinta, como o plano foi elaborado, fazendo relações com a instituição como um todo:

A *Instituição*, produtor e receptor de documentos, representa o fundo. Os grupos estão constituídos pelas unidades que compõem a Empresa. Os Times Comercial, Técnico e Administrativo. As séries e subséries são representadas por funções e atividades desenvolvidas pelos Times e dentro destas, as tipologias documentais específicas.

Assim tem-se definido a representação do arranjo adotado para a documentação produzida e recebida pela empresa. (p.33)

Quanto aos trabalhos que se referem à classificação estrutural ou organizacional, apesar de poucos, pode-se destacar:

Os documentos administrativos, ..., foram divididos em classes organizacionais representadas por áreas de atuação de maneira que facilitasse o entendimento de todos os membros da entidade, bem como tornar acessíveis as informações que estes procurem no desempenho de suas atividades. ... As classes foram nomeadas de acordo com os grupos de trabalho ou áreas de atuação ... (TR 32, 1998, p.8-9)

No mesmo sentido destaca-se:

Para facilitar o uso corrente desses documentos, os mesmos serão distribuídos em classes pré-estabelecidas de acordo com a estrutura desta *Instituição*. O método de classificação estrutural é o mais indicado para ser implantado, uma vez que a estrutura orgânica da *Instituição* é estável e suas funções são bem definidas. Esse método de classificação consiste na divisão de classes que são definidas através da própria estrutura, assim as classes principais são representadas pelas diferentes secretarias existentes e, as subclasses serão estabelecidas através dos departamentos ou divisões existentes. (TP 22, 1998, p.15-16)

Assim, observam-se pouco detalhados os procedimentos metodológicos adotados na elaboração de planos de classificação, não havendo destaque para os mesmos através de itens próprios. Apesar disso, evidencia-se a preocupação em conhecer a história das organizações, sua estrutura e funcionamento, bem como as características dos acervos, para através da coleta de dados, proceder a análise, com vistas à adoção de métodos de classificação. Quando da proposição e/ou aplicação de métodos de classificação, observa-se, em alguns trabalhos, a preocupação em fornecer mais detalhes sobre a metodologia adotada.

4.3.3 Os resultados da aplicação de métodos de classificação

Apesar das argumentações anteriormente apresentadas, cabe destacar que a maioria dos trabalhos analisados não apresentam claramente os resultados da aplicação de métodos de classificação para fins de organização das informações.

Dos trabalhos analisados que propõem e aplicam o método de classificação funcional, apresentando o plano aplicado, muitos não se referem aos resultados obtidos após a aplicação do procedimento como o TR 04 (1999), TR 25 (1998), TR 39 (1997), entre outros.

Entre os poucos que apresentam resultados referentes à aplicação da classificação funcional, o fazem, muitas vezes, de forma indireta e em diferentes partes do trabalho, não sendo salientado este aspecto como um item do trabalho. Dentre eles destaca-se:

Assim conclui-se que, com a implantação do sistema de arquivos *na Instituição*, a busca às informações tornou-se ágil e rápida. Pode-se então afirmar que, a *Instituição* se utiliza para o arranjo dos documentos de um método de classificação coerente com a documentação produzida e também com a necessidade de acesso. ... A implantação do sistema de arquivo no *Instituição*, principalmente no que diz respeito a organização do acervo e também, a realização do processo de avaliação documental, contribuiu significativamente para o perfeito andamento das tarefas administrativas e arquivísticas *da Instituição*. (TR 35, 1998, p.23-24).

Destaca-se também:

Nesse processo evidencia-se que a existência de uma concepção positiva a cerca das atividades de arquivo bem como, do entendimento quanto a necessidade de se arranjar adequadamente a documentação, contribuiu para que o trabalho fosse desenvolvido com êxito. ... Nesse sentido, constata-se a importância do trabalho de gestão documental na *Instituição*, que atualmente proporciona agilidade na busca das informações, bem como, subsidia as decisões tomadas pelos funcionários da empresa no processo de satisfação do cliente. (TR 09, 1999, p60 e 69)

Dos trabalhos que apresentam planos de classificação elaborados com base no método funcional, muitos não os aplicam, não aparecendo portanto os resultados, como nos trabalhos TP 11 (1999), TPR 34 (1998), TP 44 (1997), entre outros.

Outra situação encontrada refere-se a trabalhos nos quais são apresentadas propostas de aplicação do método de classificação funcional, sem no entanto, apresentarem o plano de classificação, não havendo portanto aplicação e, conseqüentemente não apresentam resultados, como nos trabalhos TR 03 (1999) e TP 14 (1999)

Entre os poucos trabalhos que propõem a aplicam o método de classificação estrutural ou organizacional, um destaca-se por apresentar:

Hoje a classificação dos documentos obedece um arranjo que resume-se na ordenação de conjuntos documentais respeitando o caráter orgânico procedente de uma organização lógica previamente adotada. Antes de existir o plano havia a dificuldade de se encontrar o documento depois de transferido para o arquivo, devido as diversas nomenclaturas utilizadas sem nenhum critério. (TR 29, 1998, p.10)

Nos demais trabalhos que fazem referência ao método de classificação estrutural, alguns apresentam e aplicam o plano, sem no entanto apresentarem resultados desta aplicação, como nos trabalhos TR 36 (1998), TPR 40 (1997), entre outros.

Em trabalhos, como o TR 24 (1997), são apresentados planos de classificação elaborados a partir da aplicação do método estrutural, mas sem aplicá-lo, não aparecendo resultados. Já no trabalho TR 22 (1998) observa-se apenas a proposição da aplicação do método, sem no entanto apresentar o plano elaborado.

Assim, na maioria dos trabalhos analisados, não se destacam os resultados obtidos com a aplicação de métodos de classificação para fins de organização das informações arquivísticas. Nos trabalhos, que apresentam resultados, evidencia-se que, da classificação aplicada, resulta agilidade na busca das informações, facilitando o acesso, como forma de subsidiar as decisões administrativas.

4.4 A teoria e a prática

Ao analisar as questões relacionadas à teoria e à prática, buscou-se destacar os aspectos relatados pelos alunos, considerando a experiência por eles vivida, através dos trabalhos desenvolvidos nas organizações.

Neste sentido, na maioria dos trabalhos analisados, evidencia-se a importância da realização do trabalho prático através dos estágios, como forma de aplicar a teoria arquivística. Dentre eles destaca-se: "A Disciplina de Estágio Supervisionado em Arquivologia é muito importante para que o estudante aplique seus conhecimentos teóricos e vivencie uma nova experiência que enriquecerá seu futuro profissional." (TR 01, 1999, p.20). No mesmo sentido destaca-se: "Na disciplina de Estágio supervisionado, a última da graduação do Arquivista, o profissional atinge o cume da integração teoria versus prática, e assim, foi possível colocar no seu cotidiano arquivístico os preceitos acadêmicos da arquivística." (TR 36, 1998, p.131).

Em outros trabalhos, as reflexões vão além dessa colocação, na medida em que argumentam sobre outros aspectos, como os relacionados à experiência vivida durante o estágio. A exemplo, cita-se o trabalho TR 03 (1999), onde observam-se não só reflexões sobre a prática realizada, como também sobre a própria arquivística, enquanto disciplina em evolução:

Sem dúvida esta foi a oportunidade de expressar o que adquiriu-se durante a formação, de concretizar idéias e partir da teoria para a prática, que em muitas vezes é difícil de conciliá-las, baseando-se nisso, tomou-se a iniciativa de questionar alguns itens durante a realização deste trabalho resultando em discussões construtivas. Em contexto dessa natureza destaca-se que a arquivística é uma disciplina em evolução pois ainda não conquistou seu espaço merecido na área dos estudos científicos, esta questão se releva na falta de bibliografia específica, desconhecimento das instituições sobre o papel do profissional da informação e a carência de cursos de qualificação profissional. (p.36)

Além dos aspectos acima abordados, a "falta de condições financeiras para compra de materiais adequados, ... a falta de conhecimento por parte dos integrantes da *Instituição* com relação às funções desenvolvidas por um profissional

arquivista," (TR 32, 1998, p.16), a "resistência no fornecimento das informações" (TP 06, 1999, p.25), entre outras, foram destacadas como limitações ao trabalho realizado.

No entanto, existem trabalhos onde, apesar das dificuldades serem reconhecidas, destacam "que há outra tarefa, a cumprir, ou seja, a que vai além de organizar arquivos. Chamar atenção despertando a consciência daqueles que direta ou indiretamente trabalham com a informação, pois embora usufruindo dos bons resultados, negam sua importância." (TR 17, 1999, p.22). Neste sentido, alguns trabalhos destacam que: "é essencial a integração entre o estudante e a Instituição, pois havendo esta integração o estudante terá facilidade em expor a importância de seu trabalho, o que lhe proporciona o apoio dos responsáveis pela Instituição no bom desempenho de suas atividades." (TR 01, 1999, p.20); ou que:

É preciso que o arquivista seja porta-voz competente da área que atua, que tente convencer as administrações, da importância do tratamento científico dos arquivos, das massas documentais acumuladas de modo desorganizado e da melhoria dos padrões de trabalho nos arquivos históricos. Pois sem isso, dificilmente o trabalho terá êxito. (TR 16, 1999, p.30)

Como forma de minimizar significativamente as dificuldades, encontra-se como sugestão que: "oportunidades práticas, semelhantes a essa, pudessem ser vivenciadas do início ao fim, durante o curso, preparando melhor o aluno para o mercado de trabalho." (TR17, 1999, p.22).

Outros trabalhos, salientam a importância da teoria para a realização da prática, evidenciando-se, também, a consciência da necessidade de busca constante de conhecimento e aperfeiçoamento, onde se destacam:

A necessidade do aluno de romper seus limites ainda impostos na graduação, e garimpar dados e bibliografias acerca da moderna arquivística, serviu de alavanca para a obtenção dos resultados sem a ruptura com a arquivística tradicional, afinal, não foram lançadas novas teorias, e sim, foram feitas adequações e aprimoramento às práticas, dadas as atuais circunstâncias e exigências do universo informacional. (TR 36, 1998, p.132)

Através das práticas no campo arquivístico pode-se vivenciar, de forma mais efetiva, as possibilidades e limitações da formação,

fornecendo com isso, subsídios para buscar cada vez mais o saber e ainda, sob este mesmo prisma, estabelecer vínculos entre o pensar e o agir no processo de gestão documental nas empresas, de acordo com suas necessidades e proposições. (TR 09, 1999, p.64)

Apesar de poucos trabalhos argumentarem que “Em alguns casos encontrados, a teoria que aprende-se durante o curso não condiz com a realidade vivenciada na instituição” (TR 16 1999, p.29), no trabalho TR 09 (1999), este aspecto é assim abordado:

Acredita-se que tal entendimento ocorreu porque a teoria se constitui numa generalização e a prática, por sua vez, em experiência particular, única, singular. Assim sendo, a prática é transformadora da realidade, pois frente às necessidades do homem cria-se o novo e este processo caracteriza-se por ser imprevisível, cujo produto é único, ímpar. (p.63)

Nos relatos das experiências vividas pelos alunos observam-se outras reflexões que vão além das questões relacionadas à teoria aplicada à experiência prática. Neste sentido destacam-se:

Inolvidáveis foram o convívio e a permuta de experiências com as pessoas que desenvolvem suas atividades junto à *Instituição*, transcendendo assim, os objetivos iniciais, integrando as atividades profissionais às relações humanas, numa perfeita sincronia, que muito contribuiu para o êxito do trabalho, superando até mesmo os limites impostos pelo reduzido tempo. (TR 41, 1997, p.18)

Pode-se inferir que as atividades teórico/práticas, desenvolvidas durante o processo de estágio, foram de extrema significância no processo de formação/qualificação por proporcionar múltiplas experiências no campo de atuação profissional e, para além desta atuação, pode-se participar e compreender as relações interpessoais, assimilar valores, princípios, filosofias que se estabeleciam no processo administrativo cotidiano da empresa. (TR 09, 1999, p.64)

Para concluir este capítulo, cabe destacar o trabalho TR 50 (1997), por reunir a maioria dos aspectos aqui apresentados:

Sendo assim é possível relevar a importância do Curso de Arquivologia da existência no curso de Arquivologia da disciplina de Estágio Supervisionado, pois com a prática de organização de arquivos podemos demonstrar que os pressupostos teóricos

garantem o acesso às informações. Portanto, acreditamos, que o trabalho realizado neste estágio, além de proporcionar crescimento pessoal e profissional criou uma nova concepção a respeito da importância dos arquivos da *Instituição* que servem a administração e constituem a base do conhecimento da história, cumprindo assim sua finalidade. (p.23)

Assim, evidencia-se, na maioria dos trabalhos analisados, o reconhecimento da importância da realização de práticas através dos estágios, como forma de aplicar a teoria arquivística. Em alguns trabalhos, as reflexões vão além desse reconhecimento, destacando-se questões relacionadas à evolução da própria arquivística, às dificuldades enfrentadas, à importância teórica para a prática aplicada, bem como às necessidades de busca constante de conhecimento e aperfeiçoamento. Outros trabalhos, destacam a importância da prática realizada não só para o crescimento profissional, como também para o crescimento pessoal.

5 ANALISANDO A APLICAÇÃO DA ARQUIVÍSTICA INTEGRADA

A partir dos resultados anteriormente apresentados, procedeu-se a análise e interpretação dos mesmos. Esta etapa realizou-se considerando a questão que norteou este estudo, isto é, investigar qual a aplicação da arquivística integrada, considerando os desdobramentos do processo a partir da classificação, nos trabalhos de final de curso dos graduandos em Arquivologia pela UFSM, no período de 1997 a 1999.

De acordo com os resultados apresentados observa-se claramente reconhecida a importância da gestão sistemática das informações arquivísticas para o processo decisório das organizações, visto que na maioria dos trabalhos analisados, evidencia-se a preocupação com a implantação de sistemas de arquivos, centrados em programas de gestão das informações ao longo do ciclo vital (três idades).

Couture (1998), revelando também esta preocupação, afirma que a definição de uma política de gestão de arquivos deve ter como meta planejar, pôr em prática e avaliar as intervenções arquivísticas, permitindo coordenar de modo racional, eficaz e rentável a criação, avaliação, aquisição, tratamento, identificação e utilização dos arquivos.

Embora poucos trabalhos abordem diretamente a arquivística integrada, os resultados sinalizam, através dos argumentos apresentados, a existência de uma consciência, cada vez maior, de que é necessário gerir as informações de forma sistemática, coordenada e harmonizada.

Rousseau e Couture (1998) afirmam que "não se podem justificar plenamente a organização e o tratamento dos arquivos definitivos sem ter em conta as necessidades administrativas a que ele é por vezes o único a poder responder" (p.123). No entanto, observa-se que em alguns trabalhos, mesmo que poucos, o interesse voltado para o tratamento dos documentos de terceira idade, desconsidera a origem dos mesmos.

Assim, apesar de haver indícios de aplicação da arquivística tradicional, pode-se inferir que são raras essas aplicações. Para Lopes (1998), a arquivística tradicional “se recusa a questionar a origem, isto é, a criação, a utilização administrativa, técnica e jurídica dos arquivos, dos documentos recolhidos aos arquivos definitivos” (p.61).

Cabe destacar, considerando os argumentos relativos às políticas de gestão de arquivos (cap. 4.1), que do ponto de vista cronológico, percebe-se uma evolução quanto às possibilidades de aplicação de uma política integrada de arquivos.

Apesar de Lopes (1998) considerar a penetração da arquivística integrada como algo novo, que não se encontra presente em muitas discussões, pode-se afirmar que as reflexões, considerando os diferentes argumentos encontrados, demonstram a preocupação dos graduandos em Arquivologia pela UFSM, em “constituir e propor metodologias embasadas na teoria e na prática da arquivística integrada” (TP 19, 1999, p.23).

Considerando os fundamentos teóricos, na perspectiva da arquivística integrada, uma arquivística que caminha para a integração das suas intervenções, uma arquivística baseada na intervinculação dos procedimentos de classificação, avaliação e descrição, através dos resultados observa-se que são reconhecidas as peculiaridades de cada fase do ciclo vital, onde não se colocam fronteiras entre as três idades desse ciclo. Percebe-se, então, o entendimento dos arquivos na sua totalidade, em suas várias idades.

A maioria dos trabalhos analisados revelam também, a preocupação com o tratamento dos documentos, demonstrado no destaque atribuído aos procedimentos de classificação e avaliação.

Na maioria dos trabalhos analisados, a avaliação é discutida e realizada, no âmbito dos arquivos correntes, tendo por base a classificação. O processo de avaliação é entendido como “um trabalho que consiste na identificação de valores para os documentos e na análise do ciclo de vida dos mesmos” (TR 15, 1999, p.30).

Nesse sentido, percebe-se através dos resultados, a aplicação da teoria das três idades, vinculada aos valores do documentos, o que vem contrariar as

colocações de Lopes (1996), quando diz que é raro encontrar exemplos vivos da aplicação da teoria das três idades, apesar de que, na América Latina muito se conhece sobre ela. Para o autor, a prática de dividir os arquivos por idade é basicamente uma realidade estaduniense e canadense.

Nestes trabalhos, reconhece-se que a classificação e avaliação andam juntas, enquanto procedimentos complementares e inseparáveis, objetivando manter o controle sobre os documentos, impedindo seu crescimento demasiado e ordenando-os para que as informações possam ser acessadas. Observa-se também, a existência habitual de planos de classificação e tabelas de temporalidade, como instrumentos resultantes dos procedimentos de classificação e avaliação respectivamente.

Dessa forma, apesar de alguns argumentos revelarem, direta ou indiretamente, a existência da interligação entre os procedimentos de classificação, avaliação e descrição, as reflexões estão mais presentes em torno da interligação entre classificação e avaliação, sem relacionar estes procedimentos com a descrição.

Aqui, possivelmente, encontra-se o ponto crítico no entendimento dos graduandos a respeito da arquivística integrada, na medida em que não estabelecem relação da descrição com os demais procedimentos, ou, simplesmente não se referem a este procedimento. No entanto, Lopes (1997) argumenta que na perspectiva da arquivística integrada, a descrição deve fazer parte, iniciando-se no processo de classificação, permanecendo durante a avaliação e aprofundando-se nos instrumentos de busca ou pesquisa.

Sob esta perspectiva, na classificação ter-se-ia o primeiro nível do processo de descrição, com os planos de classificação. Da avaliação resultariam as tabelas de temporalidade e, nos arquivos permanentes, seriam elaborados os guias, inventários, etc. Nesse sentido, os instrumentos resultantes da classificação e da avaliação também fazem parte do processo descritivo e não somente aqueles desenvolvidos no âmbito dos arquivos permanentes.

Os resultados não apontam para esse entendimento, considerando que são poucos os trabalhos que os expressam claramente. Na maioria deles, a descrição é

vista como um procedimento que deve desenvolver-se nos arquivos de terceira idade, "elaborados a partir de um estudo mais aprofundado da documentação de caráter permanente, bem como das necessidades do pesquisador, com relação à documentação." (TP 43, 1997, p.39).

A descrição é uma função arquivística central, ligada diretamente à classificação (Couture, 1998). Assim, considerando as operações de classificação de natureza intelectual, estas são, "sem exceção de natureza descritiva" (Lopes, 1997, p.69), tornando-se então, difícil separar a descrição da classificação e da avaliação.

Rousseau e Couture (1998) argumentam que a classificação realizada nos arquivos correntes, torna a recuperação das informações mais fácil, rápida, racionalizando seu armazenamento, bem como sua conservação. Classificação esta, que, logicamente, estaria relacionada às demais atividades de tratamento das informações. Na concepção da arquivística integrada, argumenta-se que a classificação seja pensada na primeira fase do ciclo vital, mantendo-se no decorrer do mesmo até os arquivos permanentes e, que repercuta sobre as demais atividades de tratamento dos arquivos.

Os resultados demonstram a preocupação com procedimento de classificação, na medida em que os graduandos pensam e/ou aplicam este procedimento desde o momento em que os documentos são criados até o momento de seu destino final. Nesse sentido, tem-se a classificação repercutindo sobre outras atividades de tratamento das informações. Assim, reconhecem as teorias de Rousseau e Couture (1998), com os quais deu-se início a idéia de tratamento global dos arquivos (Lopes, 1998).

A definição de sistemas de classificação a serem adotados, torna-se então, ponto fundamental, considerando que a partir dela, desencadeia todo o processo de tratamento dos arquivos.

De acordo com os resultados desta pesquisa, quando das poucas aplicações de métodos de classificação estrutural, percebe-se nas argumentações que o fizeram considerando as estruturas bem definidas e estáveis (TR 40, 1997), com grau elevado de permanência em seus órgãos e funções (Alberch i Fugueras, 1997).

Os resultados encontrados demonstram que sistemas de classificação baseados na aplicação do método de classificação funcional, são mais freqüentemente utilizados, apesar de Gonçalves (1998), afirmar ser menos freqüente essa utilização, considerando a classificação estrutural (organizacional), como a mais aceita e adotada. Para a autora, a classificação funcional, apesar de menos freqüente, atende melhor às exigências da classificação arquivística. Para Lopes (1997), quando se pensa em classificar informações contidas nos documentos, os nomes das unidades documentárias devem ser representativas das características das organizações, especialmente, de suas atividades.

Este quadro remete ao comentário de que existe a preocupação dos graduandos em classificar os documentos através de metodologias apropriadas, na medida que reconhecem e usam os fundamentos teóricos sobre o assunto, buscando classificar os documentos de forma a agilizar a recuperação das informações contidas nos documentos. O que para Alberch i Fugueras (1997), defensor de um sistema de classificação uniforme, só é possível através de uma estrutura hierárquica e lógica que reflete as funções e atividades de um organismo. Isto confirma a colocação de Schellenberg (1974) quando considera que os documentos resultam de funções e, por isto, devem ser classificados de acordo com as mesmas.

Para Lopes (1996) a classificação deve se dar de "modo heurístico" (p.98). Assim, o conjunto de classes/séries informacionais e documentais deve refletir o que se estudou sobre as estruturas, as funções, as atividades e as características dos acervos. Para o autor, pode-se estruturar logicamente uma hierarquia de classes/séries não estranhas à organização que permitirão o acesso às informações. Dessa forma, propõe uma classificação ideológica, isto é, "concebida a partir da pesquisa sobre o objeto de trabalho" (Lopes, 1997, p.114).

De acordo com os resultados desta pesquisa, observa-se esse entendimento, considerando que os graduandos expressam a preocupação em compreender a história, estrutura e funcionamento das instituições, bem como as características dos acervos, como forma de identificar as necessidades, fazendo o diagnóstico para então propor e/ou aplicar planos de classificação.

Apesar de os resultados mostrarem a ausência de destaque para os procedimentos metodológicos usados na elaboração de planos de classificação, evidencia-se nos resultados apresentados uma certa preocupação em:

definir problemas e objetivos, de acordo com as necessidades decorrentes da observação da realidade e os conhecimentos teóricos e práticos preexistentes; formular hipóteses que simulem a origem dos procedimentos levantados e suas possíveis soluções; levantar dados, de acordo com métodos previamente delineados, com eficácia comprovada; chegar a conclusões e novas proposições, a partir do exame dos dados levantados em confronto com a hipóteses e o conhecimento já estabelecido. (Lopes, 1997, p.25-26)

Nesse sentido, pode-se inferir que os graduandos do curso de Arquivologia da UFSM estão aderindo ao uso de metodologias ancoradas nas práticas científicas, como propõe Lopes (1997), apesar de os trabalhos não enunciarem em itens próprios estes aspectos.

O mesmo autor considera “o primado da classificação intelectual como o principal elo metodológico do trabalho arquivístico” (p.62), as demais atividades seriam decorrentes e dependentes da solução da classificação adotada. Classificar, para o autor, é sinônimo de representar, onde os nomes das unidades documentárias representam as características das organizações, em especial, de suas atividades.

De modo geral, observam-se proposições e/ou aplicações de planos de classificação baseados na definição de séries (classes), subséries (subclasses) e de tipos documentais integrantes das mesmas. Assim propostos, os planos de classificação de informações e documentos constituem as bases para “orientar a operação de arquivamento” (Lopes, 1997, p.65). Na prática, percebe-se a construção de planos de classificação, partindo-se do geral para o particular, buscando representar no interior das séries (classes) as unidades que representam o que está sendo organizado.

Tem-se então, a classificação numa dimensão intelectual e profunda (Heredia Herrera, 1993), considerando que os conjuntos de elementos são divididos estabelecendo classes (séries), de forma que integrados formam parte de um todo. Segundo a autora, cada fundo deve ter sua própria classificação, considerando

como distinta a classificação relativa a um arquivo com diferentes fundos ou seções. Assim, para cada um dos fundos, agrupa-se hierarquicamente as séries documentais, em torno dos órgãos ou funções desenvolvidas por uma instituição ao longo de sua gestão.

Lopes (1997) argumenta que a classificação deve basear-se na definição de fundos, subfundos, séries, subséries, etc., quando coloca que “um dos pontos cruciais da teoria arquivística é o princípio da proveniência, isto é, o respeito à origem do acervo.” (p.63). Assim, há que se considerar a origem da acumulação, sob o ponto de vista das estruturas, funções, e atividades da organização. Para o autor, garantir a proveniência significa também, impedir que se misturem os acervos arquivísticos com não arquivísticos. Dessa forma, qualquer solução de classificação indicará a origem dos documentos e permitirá a reconstrução da interligação entre as peças de um arquivo.

Neste sentido, de acordo com os resultados encontrados, a importância do princípio da proveniência parece claramente reconhecida em alguns trabalhos, onde observa-se a preocupação em apresentar planos de classificação estabelecendo as relações da instituição e sua estrutura enquanto constituidores de fundos, grupos, séries, etc., como por exemplo, o trabalho TR 09 (1999).

Na prática, observa-se que, na maioria dos planos apresentados, são consideradas as séries e suas subdivisões, porém sempre contextualizadas no âmbito de uma instituição, bem como de seus órgãos integrantes, apesar de não haver referência ao fundo de arquivo e suas subdivisões. Isto leva ao reconhecimento de que, de uma forma ou de outra, o princípio da proveniência estaria preservado. Apesar de as reflexões e argumentos nesse sentido encontrarem-se praticamente ausentes, as séries e suas subdivisões estão relacionadas às unidades produtoras e acumuladoras de informações e documentos.

Lopes (1998) acredita “que um dos legados mais positivos da arquivística tradicional é o princípio da proveniência, também chamado de teorias dos fundos ou de respeito aos fundos” (p.43). Para o autor, esta herança é reafirmada como identificadora e valorizadora do profissional que se dedica ao tratamento das informações registradas de atribuição e natureza arquivística.

Mesmo que em muitos dos trabalhos analisados não exista referência aos resultados obtidos com a classificação, constata-se nos que apresentam que a classificação “proporciona agilidade na busca das informações, como também subsidia as decisões tomadas pelos funcionários da empresa no processo de satisfação do cliente” (TR 9, 1999, p.69), contribuindo assim para o “perfeito andamento das tarefas administrativas” (TR 35, 1998, P.24) nas organizações. Isto vem reafirmar algumas das colocações feitas por Rousseau e Couture (1998), quando referem-se a classificação realizada, através da qual a recuperação das informações torna-se mais fácil e rápida, além de outras vantagens apontadas pelos autores no cap. 2.2.3 (A classificação, a avaliação e a descrição, p.29).

Neste sentido evidencia-se uma limitação na formação dos graduandos em Arquivologia, refletida ausência na de referências aos resultados obtidos com a aplicação de planos de classificação.

Aspectos como este leva à análise das questões referentes à teoria e à prática, considerando os resultados anteriormente apresentados, nos quais encontra-se bem consistente a argumentação de que os estágios e trabalhos práticos realmente permitem a integração entre a teoria e a prática realizada, visto que, assim é possível aplicar os conhecimentos teóricos e vivenciar uma realidade. No mesmo sentido, Rousseau e Couture (1998, p.274) argumentam que “o equilíbrio entre a teoria e a prática não poderá ser alcançado sem que um lugar de eleição seja atribuído ao estágio num meio de trabalho”. Assim, o estágio permite ao aluno confrontar a teoria com a prática profissional, preparando-o para o mercado de trabalho.

No entanto, através dos resultados, observa-se reconhecida a arquivística como um “disciplina em evolução” (TR 03, 1999, p.36), buscando seu espaço na área dos estudos científicos. Para tanto, torna-se indispensável a realização de pesquisas, considerando as demandas de soluções encontradas no meio arquivístico brasileiro, não contempladas pela literatura internacional.” (Jardim, 1995, p.144).

As limitações e dificuldades reconhecidas parecem servir de estímulo às “discussões construtivas” (TR 03, 1999, p.36) e à busca constante não só de

conhecimento e aperfeiçoamento, como também de alternativas de solução frente aos problemas enfrentados, que muitas vezes, vão “além de organizar arquivos” (TR 17, 1999, p.22). Assim, além da valorização da prática para a preparação profissional, percebe-se a valorização atribuída também à dimensão teórica como qualificadora da prática realizada. Neste contexto, pode-se fazer referência novamente a Jardim (1995) que ao colocar as dificuldades com as quais a arquivologia se defronta, acrescenta, que as mesmas podem se constituir em oportunidade de crescimento e desenvolvimento da área.

Apesar de a sugestão de que mais oportunidades práticas deveriam ser vivenciadas durante o curso (TR 17, 1999) e, mesmo com a argumentação que muitas vezes, a teoria não condiz com a prática (TR 16, 1999), observam-se argumentações que colocam a prática de organização de arquivos, como forma de “demonstrar que os pressupostos teóricos garantem o acesso às informações” (TR 50, 1997, p.23)

Isto posto, demonstra que as reflexões sobre a teoria e a prática encontram-se presentes entre os graduandos em Arquivologia pela UFSM, enriquecendo, aprofundando e fazendo evoluir as práticas desenvolvidas, reafirmando as colocações nesse sentido feitas por Rousseau e Couture (1998).

Para Couture, Martineau e Ducharme (1999) a noção de equilíbrio entre o ensino teórico e aprendizagem prática relaciona-se com a divisão consensual sobre a igualdade de importância no que se refere a esses aspectos e com o conteúdo das disciplinas. O conteúdo das disciplinas estaria pautado em três opções. Uma setorial relacionada aos arquivos administrativos, outra vinculada aos arquivos históricos, e uma terceira, integrada, que reúne as duas primeiras. Para os autores, a opção escolhida tem relação às práticas e às tradições acadêmicas de cada país.

Apesar de as dificuldades e limitações apontadas pelos graduandos, pode-se inferir que há um certo equilíbrio entre o ensino teórico e a prática realizada, permitindo aos alunos confrontar a teoria e a prática realizada. Tem-se então, os estágios como elemento essencial de formação, que tem por objetivo possibilitar aos alunos o confronto da teoria com a prática profissional, preparando-os para atuar na profissão (Rousseau e Couture, 1998).

Além disso, através dos resultados apresentados, pode-se inferir que os conteúdos das disciplinas estão voltados para uma visão integrada, preocupada não só com os arquivos administrativos, mas também com os históricos. Para Lopes (1998), a arquivística integrada é:

a única corrente do pensamento arquivístico que valoriza a pesquisa enquanto método, e está aberta para as soluções dos problemas do século XXI. Por isso, a partir dela, possa, talvez, chegar-se às soluções teóricas e práticas que estejam de acordo com a situação específica de cada país e a métodos de trabalhos adaptáveis às realidades diferentes.

Nesse contexto, a tendência é, "sem fugir ao essencial evidente à formação superior do profissional de arquivo" (Bellotto, 1999), tornar os "conteúdos teóricos e metodológicos e da práxis mais atualizada" (p.9), considerando a revisão dos conteúdos curriculares dos cursos de Arquivologia. Estes, encontram-se libertos do currículo mínimo de 1974, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases de 1996. Assim, as instituições de ensino superior podem estabelecer currículos próprios para os cursos de graduação, desde que considerem as diretrizes gerais, estabelecidas em nível nacional.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando os objetivos que norteiam a realização deste trabalho, cabe destacar que, os graduandos em Arquivologia pela UFSM, demonstram a preocupação em realizar seus trabalhos de final de curso considerando a teoria e a prática da arquivística integrada. Isto evidencia-se na importância atribuída à gestão sistemática das informações arquivísticas para o processo decisório nas organizações.

Apesar de ser considerada como algo novo, conclui-se que há penetração da arquivística integrada, na medida em que se encontra presente nas reflexões dos graduandos. Nestas, observa-se uma evolução, do ponto de vista cronológico, das possibilidades de aplicação de uma política integrada de arquivos, através da implantação de programas de gestão das informações ao longo do ciclo vital.

De modo geral, as situações voltam-se para a preocupação com a gestão das informações ao longo das três idades do ciclo vital (arquivo corrente, intermediário e permanente), onde se observa uma consciência, cada vez maior, da necessidade de gerir informações com base na teoria e na prática da arquivística integrada. No entanto, foram encontrados indícios de aplicação da arquivística tradicional, onde se constata um interesse centrado nos arquivos permanentes.

Assim, observa-se, com algumas exceções, o entendimento dos arquivos na sua totalidade, sendo reconhecidas as peculiaridades nas suas várias idades, aceitando-se portanto, a teoria das três idades. Na prática os arquivos são divididos por idade, havendo portanto exemplos vivos da aplicação da teoria das três idades no Brasil.

A análise da interligação dos procedimentos de classificação, avaliação e descrição, permite concluir que a classificação e avaliação são vistas como inseparáveis e complementares, existindo uma certa homogeneidade nas práticas de classificar e avaliar documentos, encontrada nos argumentos, nos métodos e nos instrumentos apresentados (planos de classificação e tabelas de temporalidade).

Neste sentido, os graduandos em Arquivologia pela UFSM, salvo exceções, estão aptos a desenvolver instrumentos com racionalidade e elaborar reflexões teórico-práticas de qualidade, na medida em que se preocupam em construir instrumentos de acordo com o conhecimento arquivístico mais avançado.

Por outro lado, o procedimento de descrição, sob o ponto de vista teórico e prático, está relegado a se desenvolver no âmbito dos arquivos permanentes. A descrição, quase sempre, é colocada de forma isolada, sendo separada dos procedimentos de classificação e avaliação. Na perspectiva da arquivística integrada, a descrição faz parte, iniciando-se com a classificação, continuando com a avaliação e aprofundando-se nos instrumentos de pesquisa elaborados nos arquivos permanentes.

Pode-se inferir, assim, que falta aos graduandos em Arquivologia um maior entendimento dessa questão, considerando que propõem e/ou elaboram instrumentos como planos de classificação e tabelas de temporalidade, que são de natureza descritiva. No entanto, não são vistos dessa forma. A descrição não é entendida como resultante do conjunto de procedimentos que se desenvolve ao longo do ciclo vital e que torna-se mais detalhada nos arquivos permanentes. Observa-se aí, a forte herança deixada pelos autores que referem-se a programas descritivos desenvolvidos apenas no âmbito dos arquivos permanentes.

O procedimento de classificação é pensado a partir da criação dos documentos até o momento de seu destino final, repercutindo assim, sobre os demais procedimentos de tratamento das informações arquivísticas. Tem-se então, a classificação como eixo principal do fazer arquivístico, na medida em que possibilita a localização das informações e dos documentos, bem como torna realizável o processo de avaliação.

Assim, conclui-se que a classificação é realizada nos arquivos correntes, mantendo-se no decorrer do ciclo vital e que, a partir dela ou ao mesmo tempo, pode-se avaliar documentos, considerando que quando se classifica, também se estabelece juízo de valor aos documentos. Observa-se, então, uma preocupação em assegurar o tratamento dos documentos do decorrer de todo o ciclo vital.

Dessa forma, considerando os pressupostos teóricos da arquivística integrada, os arquivos correntes e intermediários são valorizados, a classificação e a avaliação são realizadas na origem dos documentos, consistindo no epicentro do trabalho arquivístico. Cabe novamente destacar a ausência de reconhecimento e valorização do procedimento de descrição.

A classificação proposta e/ou aplicada é resultante de estudos realizados no âmbito das organizações, do reconhecimento dos fundamentos teóricos sobre o tema e da aplicação de métodos que permitem hierarquizar as informações, do geral para o particular, fornecendo bases para o arquivamento das informações.

Neste sentido, conclui-se que os graduandos em Arquivologia pela UFSM, propõem e/ou aplicam planos de classificação concebidos a partir da pesquisa realizada no âmbito das organizações, onde se percebe a preocupação em representar, através dos nomes atribuídos às unidades documentárias, as características das organizações, em especial, suas atividades. As séries (classes) e suas subdivisões demonstram o conhecimento que possuem da organização, representado nas atividades desenvolvidas pela organização através de seus diferentes órgãos.

Assim, tem-se as bases da classificação proposta por Schellenberg (1974) ainda aplicadas e atendendo às exigências da classificação arquivística atual, bem como o entendimento e aplicação dos pressupostos teóricos da arquivística integrada, sendo consideradas as obras de Rousseau e Couture (1998) e Lopes (1996, 1997, 1998).

Apesar disso, percebe-se algumas limitações teóricas refletidas na ausência de reflexões e argumentos sobre a aplicação do princípio da proveniência. No entanto, na prática, sua aplicação é reconhecida na relação das séries e suas subdivisões às unidades produtoras e acumuladoras de documentos, quando da elaboração de planos de classificação.

Os graduandos em Arquivologia propõem e/ou aplicam planos de classificação com o objetivo de agilizar o acesso às informações, buscando subsidiar a tomada de decisões nas organizações. Isto se confirma, quando são apontados os resultados

da aplicação dos planos. Para tanto, preocupam-se em aplicar métodos de classificação reconhecidos pela literatura, que levem à elaboração de planos que representem as características da organização.

Neste sentido, conclui-se que são propostas metodologias voltadas para as práticas científicas, porém observa-se que não expõem, de modo claro, enunciando no contexto dos trabalhos, as questões relacionadas aos procedimentos metodológicos aplicados para a elaboração dos planos de classificação.

Da mesma forma, percebe-se uma limitação refletida nas poucas referências feitas aos resultados obtidos com a aplicação de planos de classificação. Assim, conclui-se que existem limitações na concepção dos graduandos em Arquivologia, considerando a ausência de reflexões, argumentos e opiniões relativas às questões acima mencionadas.

Apesar disso, reflexões referentes ao ensino teórico e à prática aplicada encontram-se bem consistentes, através das quais conclui-se que os estágios realizados nas organizações permitem integrar a teoria arquivística à prática realizada, possibilitando a aplicação dos conhecimentos teóricos, preparando assim, os graduandos em Arquivologia para atuarem no mercado de trabalho. Tem-se então, os estágios cumprindo sua finalidade e promovendo a integração entre o curso – universidade e as instituições – sociedade.

Pela valorização atribuída não só à dimensão prática, mas também à dimensão teórica como qualificadora da prática realizada, entende-se que os graduandos desenvolvem seus trabalhos intelectualmente, considerando as questões teórico-conceituais como relevantes na sua formação.

Observa-se que há um certo equilíbrio entre o ensino teórico e a prática realizada, constatado nos trabalhos de final de curso dos graduandos, onde se reflete a formação dos mesmos. Percebe-se, ainda que, os conteúdos disciplinares estão voltados para uma visão integrada, preocupada com o tratamento global dos arquivos.

Isto posto, apesar de encontrados indícios da aplicação da arquivística tradicional, conclui-se que os graduandos em Arquivologia estão, cada vez mais,

reconhecendo e aceitando a arquivística integrada, aplicando-a considerando os desdobramentos do processo a partir da classificação.

Acredita-se que, através da arquivística integrada, de uma arquivística mais científica, pode-se responder adequadamente ao problemas de acesso às informações.

As informações, enquanto elementos fundamentais de apoio às decisões gerenciais, precisam ser acessadas para que possam constituir fonte de conhecimento, porém isto só é possível se fizerem parte de um conjunto sistemático, estruturado e organizado. Assim, o tratamento da informação arquivística, sem dúvida, supõe o conhecimento e aplicação de práticas fundamentadas em teorias e desenvolvidas metodologicamente.

No contexto atual, as tecnologias da informação dispõem de programas e máquinas que permitem criar, gerir e acumular informações de natureza arquivística. Mas se utilizadas isoladamente, não trazem resultados. É nesse contexto que devem ser introduzidas mudanças. Os profissionais devem procurar iniciativas que visem atender às tendências atuais, buscando gerir as informações organizacionais de forma integrada, viabilizando o acesso e a utilização dos arquivos.

O mercado exige uma formação que permita capacitar os profissionais a atuarem frente aos problemas contemporâneos. Uma formação que permita realizar diagnósticos, elaborar, implantar e acompanhar projetos usando metodologias científicas, teorias fundamentadas e o rigor da pesquisa. A profissão é antes uma disciplina que, para se desenvolver, depende de reflexões e investigações que levem a bases teóricas sólidas.

Para tanto, mudanças são impostas, face às dificuldades e limitações ora consideradas. Esforços, nesse sentido devem ser dispensados pelos docentes do Curso de Arquivologia da UFSM, para refletir sobre a criação, desenvolvimento e consolidação de programas de formação, cada vez mais, adequados, que garantam um ensino de qualidade, assim como o aumento de pesquisas.

Através da arquivística, enquanto campo do conhecimento vinculado à gestão da informação, pode-se, numa visão sistêmica, provocar mudanças que envolvam e

integrem todas as dimensões organizacionais. Assim, entende-se que outros estudos precisam ser desenvolvidos. Estudando a eficácia organizacional dos serviços de arquivos pode-se, por exemplo, levar ao desenvolvimento de uma boa gestão de mudança.

Pesquisas voltadas para às relações entre as funções, a estrutura, a circulação da informação, a tomada de decisão e os serviços de arquivos podem trazer respostas sobre os efeitos das tecnologias da informação sobre as informações arquivísticas geradas no contexto organizacional, bem como, podem viabilizar o planejamento de programas e serviços de arquivos adequados às necessidades organizacionais.

Ao concluir este trabalho, fica a certeza que o mesmo permitiu viver uma “aventura” em busca de conhecimento, cujo caminho, norteado pelos objetivos, foi percorrido por meio de métodos e técnicas que foram se desenvolvendo ao longo do tempo. A presença dos autores, além de estimulante e prazerosa, permitiu, através das discussões, que se chegasse ao final desta “aventura”.

O que se pretendeu na verdade, não foi esgotar a discussão sobre os fundamentos teóricos e práticos da arquivística, nem apresentar verdades absolutas, e sim, o entendimento e a discussão de uma realidade, considerando as questões práticas, sem perder de vista os seus aspectos teóricos.

No entanto, é preciso continuar...

Desta “aventura”, fica a certeza de que há muito a ser feito através da pesquisa científica, contribuindo assim, para a ascensão e a consolidação da arquivística.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERCH i FUGUERAS, Ramon. **El tratamiento de los documentos: acceso, clasificación, evaluación. La función administrativa y la función cultural.** Barcelona, Espanha : Archivo Municipal de Barcelona, 1997.
- ARANTES, Nelio. **Sistema de gestão empresarial.** São Paulo : Atlas, 1994.
- ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Gestão de documentos: conceitos e procedimentos básicos.** Rio de Janeiro : Arquivo Nacional, 1993.
- BARRETO, Aldo de A. A eficiência técnica e econômica e a viabilidade de produtos e serviços de informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v.25, n.3, p.405-414, set./dez., 1996.
- BELLOTTO, Heloisa L. Prefácio à tradução brasileira. In: COUTURE, Carol; MARTINEAU, Jocelyne; DUCHARME, Daniel. **A formação e a pesquisa em arquivística no mundo contemporâneo.** Brasília : Finatec, 1999. p.7-12.
- _____. **Arquivos permanentes: tratamento documental.** São Paulo : T. A. Queiroz, 1991.
- BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari K. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos.** Porto, Portugal : Porto Editora. 1994.
- BOTTINO, Mariza. Panorama dos cursos de arquivologia no Brasil: graduação e pós-graduação. **Arquivo&Administração**, Rio de Janeiro, v.15-23, p.12-18, jan./dez., 1994.
- CASTANHO, Denise M.; GARCIA, Olga M^a C.; FASOLO, Sandra. Identificação e avaliação dos tipos documentais gerados pela faculdade de arquivologia a partir do diagnóstico de suas atividades-fins. In: **Textos de arquivologia.** Santa Maria : UFSM; AAB/RS, 1997. p. 13-24.
- CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS (CIA). **ISAD(G): norma geral internacional de descrição arquivística: adotada pela comissão ad hoc de**

normas de descrição, Estocolmo, Suécia, 1993. Rev. Rio de Janeiro : Arquivo Nacional, 1998.

CORDENONSI, J. L. Planejamento estratégico de sistemas de informações utilizando a reengenharia de processos. **Revista do Instituto de Informática**, Campinas, v.3, n.1, p. 46-54, jan./jun., 1995.

COUTURE, Carol. Archivistique intégrée et politique de gestion des archives: propositions innovatrices? **Arquivo&História**, Rio de Janeiro, n.4, p.5-36, out., 1998.

COUTURE, Carol; MARTINEAU, Jocelyne; DUCHARME, Daniel. **A formação e a pesquisa em arquivística no mundo contemporâneo**. Brasília : Finatec, 1999.

CRUZ MUNDET, José Ramón. **Manual de arquivística**. Madrid, Espanha : Fundação Germán Sánchez Ruipérez; Pirâmide, 1994.

DICIONÁRIO de terminologia arquivística. Coord. Ana Maria de Almeida Camargo. São Paulo : AAB/SP; Secretaria do Estado da Cultura, 1996.

DUCHEIN, Michel. O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. **Arquivo&Administração**, Rio de Janeiro, v.10-14, n.1, p.14-33, ago.1986.

FONSECA, Maria Odila. Informação, arquivos e instituições arquivísticas. **Arquivo&Administração**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p. 33-44, jan./jun., 1998.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.35, n.2, p. 57-63, mar./abr., 1995.

_____. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.35, n.3, p. 20-29, mai./jun., 1995.

GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis : Vozes, 1994. p.67-80.

GONÇALVES, Janice. **Como classificar e ordenar documentos de arquivo**. São Paulo : Arquivo do Estado, 1998.

- HEREDIA HERRERA, Antonia. **Archivística general: teoría y práctica**. Sevilla, Espanha : Diputación Provincial de Sevilla, 1993.
- INOJOSA, Rose Marie. Tabelas de Temporalidade. In: **A sistematização de arquivos públicos**. Org. Ataliba T. de Castilho. Campinas : UNICAMP, 1991. p.87-100.
- JARDIM, José Maria. A universidade e o ensino de arquivologia no país. In: **Algumas reflexões sobre o ensino e práticas na área da informação**. Niterói : EDUFF, 1998. p. 63-82. (Estudos&Pesquisas; 2).
- _____. Apresentação. In: LOPES, Luís Carlos. **A informação e os arquivos: teorias e práticas**. Niterói : EDUFF; São Carlos : EDUFSCar, 1996. p.11-12.
- _____. Novas perspectivas da arquivologia nos anos 90. In: **A informação: questões e problemas**. Niterói : EDUFF, 1995. p. 27-38. (Estudos&Pesquisas; 1).
- _____. **Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil**. Niterói : EDUFF, 1995.
- KURTZ, Clara Marli S. Arquivística contemporânea. In: **Textos de arquivologia**. Santa Maria : UFSM; AAB/RS, 1997. p. 91-99.
- LOPES, Luís Carlos. Os arquivos, a gestão da informação e a reforma do estado. **Arquivo&História**, Rio de Janeiro, n.4, p.37-49, out., 1998.
- _____. **A imagem e a sombra da arquivística**. Rio de Janeiro : APERJ, 1998.
- _____. **A gestão da informação: as organizações, os arquivos e a informática aplicada**. Rio de Janeiro : APERJ, 1997.
- _____. **A informação e os arquivos: teorias e práticas**. Niterói : EDUFF; São Carlos : EDUFSCar, 1996.
- MCGEE, James; PRUSAK, Laurence. **Gerenciamento estratégico da informação: aumente a competitividade e a eficiência de sua empresa utilizando a informação como ferramenta estratégica**. Rio de Janeiro : Campus, 1994.
- MENDO CARMONA, Concepción. Los archivos y la archivística: evolución histórica y actualidad. In: **Manual de archivística**. Madrid, Espanha : Editorial Síntesis, 1995. p.19-38.

- MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: desafio da pesquisa Social. In: **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis : Vozes, 1994. p. 9-29.
- OLIVEIRA, Maria I. Classificação e avaliação de documentos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 10, São Paulo, 1994. **Anais...** São Paulo : AAB/SP, 1998. (CD-ROM).
- PAES, Marilena L. Arquivos correntes: o calcanhar de aquiles da arquivologia. In: **A sistematização de arquivos públicos**. Org. Ataliba T. de Castilho. Campinas : UNICAMP, 1991. p. 51-55.
- PERES, Rosanara Urbanetto. **Novas tecnologias da informação: atitudes de docentes de ciências sociais e humanas**. Campinas, 1997. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) - Curso de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.
- RICHTER, Eneida I. S.; GARCIA, Olga M^a C.; PENNA, Elenita F. **Introdução à arquivologia**. Santa Maria : UFSM, 1997.
- ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Les archives au XX^e siècle**. Montreal, Canadá : Université de Montréal, 1982.
- _____. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa, Portugal : Nova Enciclopédia, 1998.
- SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. Rio de Janeiro : FGV, 1974.
- SILVA, Armando Malheiro da et al. **Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação**. Porto, Portugal : Ed. Afrontamento, 1998.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM). Normas para a realização do estágio supervisionado do curso de arquivologia. Santa Maria : UFSM, 1991.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM). Projeto de currículo de curso. Santa Maria : Curso de Arquivologia; UFSM, 1994.

ANEXOS

ANEXO A
SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA
COLETA DE DADOS

Santa Maria, 20 de março de 2000

Senhora Coordenadora

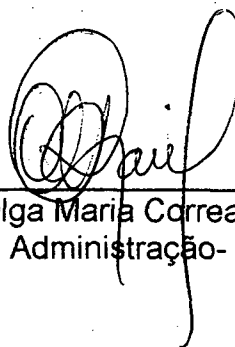
Conforme contato anteriormente estabelecido referente à possibilidade de realização de uma pesquisa junto aos trabalhos de final de curso dos graduandos em Arquivologia, formulamos o presente para formalmente solicitar vossa autorização para a realização da coleta de dados junto ao curso.

Para o cumprimento desta etapa da pesquisa, faz-se necessária a análise dos trabalhos referentes ao período 1997 a 1999, a ser realizada no espaço do próprio curso. A coleta de dados constitui etapa indispensável para o desenvolvimento do projeto de dissertação de mestrado em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina – Turma especial UFSM, “A aplicação da arquivística integrada, considerando os desdobramentos do processo a partir da classificação”, desenvolvido pela aluna Olga Maria Correa Garcia, sob a orientação do Prof. Vitor Francisco Schuch Júnior.

Destacamos que serão tomados os cuidados necessários no sentido de preservar a identidade dos alunos, autores dos trabalhos, e dos professores orientadores, bem como das empresas onde os trabalhos foram realizados.

Esperando contar com a colaboração de Vossa senhoria agradecemos antecipadamente.

Atenciosamente,



Prof.ª Olga Maria Correa Garcia
Mestranda em Administração- UFSC/UFSM.

Il.ma Prof.ª Denise Molon Castanho
M.D. Coordenadora do Curso de Arquivologia/CCSH
Universidade Federal de Santa Maria
N/C

ANEXO B
AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA COLETA DE DADOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE ARQUIVOLOGIA

Of. N. 28/2000

Santa Maria 22 de março de 2000.

Sra professora:

Conforme solicitação de Vossa Senhoria informamos que a partir desta data autorizamos coleta e análise de dados nos trabalhos de final de curso, período de 1997 a 1999, dos graduandos em Arquivologia, visando a realização da pesquisa "A APLICAÇÃO DA ARQUIVÍSTICA INTEGRADA, CONSIDERANDO OS DESDOBRAMENTOS DO PROCESSO A PARTIR DA CLASSIFICAÇÃO".

Acreditamos que este trabalho deverá constituir relevante contribuição para a comunidade arquivística.

Atenciosamente



Denise Molon Castanho
Coord. do Curso de Arquivologia

Ilma. Sra.
Profa. Olga Maria Correa Garcia
Universidade Federal de Santa Maria
N/C

ANEXO C
CONTROLE DOS TRABALHOS ANALISADOS

CONTROLE DOS TRABALHOS ANALISADOS

Nº	REG.	PROJ.	REL.	C/PROJ	ANO CONCL.	OBS.	Nº AL.	ok
01	247	-	X	N	1999	-	1	X
02	246	X	-	N	1999	-	1	X
03	245	-	X	N	1999	-	2	X
04	244	-	X	S	1999	-	2	X
05	243	-	X	N	1999	-	2	X
06	242	X	-	N	1998	-	2	X
07	241	-	X	S	1998	-	2	X
08	240	-	X	S	1999	-	3	X
09	239	-	X	N	1999	-	1	X
10	238					Não encontrado		
11	237	X	-	N	1998	-	1	X
12	236	-	X	S	1999	-	2	X
13	235	-	X	N	1999	-	1	X
14	234	X	-	N	1998	-	2	X
15	233	-	X	S	1999	-	2	X
16	232	-	X	N	1999	-	1	X
17	231	-	X	S	1999	-	2	X
18	230	-	X	S	1999	-	2	X
19	229	X	-	S	1999	-	2	X
20	228	-	X	N	1998	-	1	X
21	227	-	X	N	1998	-	1	X
22	226	X	-	N	1998	-	1	X
23	225	-	X	N	1998	-	2	X
24	224	X	-	N	1997	-	1	X
25	223	-	X	S	1998	-	2	X
26	222	-	X	N	1998	mesmo autor, inst. diferentes	1	X
27	222	X	-	N	1997		2	X
28	221	-	X	N	1998	-	2	X
29	220	-	X	N	1998	-	2	X
30	219	-	X	S	1998	-	1	X
31	218	-	X	N	1998	-	1	X
32	217/216	-	X	S	1998	proj. e rel. c/ n ^{os} ≠	1	X
33	215	-	X	N	1998	-	1	X
34	214	-	X	S	1998	-	1	X
35	213	-	X	S	1998	-	1	X
36	212	-	X	S	1998	-	1	X
37	211	X	-	N	1997	-	1	X
38	210	X	-	N	1997	-	1	X
39	209	-	X	S	1997	-	1	X
40	208	-	X	S	1997	-	2	X
41	207	-	X	S	1997	-	2	X

42	206	-	X	S	1997	-	1	X
43	205	-	X	S	1997	-	2	X
44	204	X	-	N	1997	-	2	X
45	203	-	X	S	1998	-	2	X
46	202	-	X	N	1997	-	1	X
47	201					Não encontrado		
48	200					Não encontrado		
49	199	X	-	N	1997		2	X
50	198	-	X	S	1997		1	X
TOTAL		12	35	21	47	3	71	47